

# Sobre a ascendência condal entre a aristocracia infancional: os descendentes de Ero Fernandes (séculos IX-XII)

About the countly ascentry among the “infancional” aristocracy:  
the descendents of Ero Fernandes (IX th-XII th century)

João Paulo Martins Ferreira

*Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Universidade do Porto*

## RESUMO

Na sequência dos trabalhos de José Mattoso, os infanções foram sendo descritos como uma classe aristocrática heterogénea de terratenentes, que se encontrava na dependência da nobreza condal ou, pelo menos, num patamar secundário em relação a ela. Contudo, o levantamento das linhas familiares provenientes de Ero Fernandes permite discernir um parentesco claro com os Baião, uma das linhagens infancionais fundadoras da nobreza portuguesa, e com os Celanova e Trava-Trastâmara, representantes de uma aristocracia condal galego-portuguesa mais recente.

Com efeito, importa não só analisar estes laços de parentesco e hierarquia interna da antiga nobreza portugalense (condal e infancional), como também relacionar o sentido ascendente do percurso dos Baião, Celanova e Trava-Trastâmara, com a paulatina decadência da velha aristocracia condal, reequacionando a situação histórica de Pedroso enquanto último capítulo deste grupo social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infanções; Aristocracia Condal; Ero Fernandes; Baião; Celanova; Trava-Trastâmara; Pedroso; Linhagem e Parentesco.

## ABSTRACT

Following the works of José Mattoso, the “infanções” were described as a heterogeneous aristocratic group of landowners, that were dependents of the families of the old counts of Portugal and Coimbra or, at least, in a secondary level towards them. However, the reconstitution of the family lines of descendents of Ero Fernandes allows us to assess a clear kinship with the Baião, one of the lineages of “infanções” that founded the Portuguese nobility, and with the Celanova and Trava-Trastâmara, members of a new aristocracy of Galician-Portuguese counts.

For that reason, it is important to analyze these family ties and the internal hierarchy of the old nobility of Portucale (both counts and “infanções”), as well as to link the ascendant path of the Baião, Celanova and Trava-Trastâmara, with the steady decay of the counts of Portucale and Coimbra, therefore repositioning the historical assessment of Pedroso as the last chapter of this social group.

**KEY WORDS:** Infanções; Countal Aristocracy; Ero Fernandes; Baião; Celanova; Trava-Trastâmara; Pedroso; Lineage and Kinship.

Recibido: 25/06/2018

Revisado: 28/08/2018

Aceptado: 03/09/2018

## 1. ENTRE NOBREZA CONDAL E INFANÇÕES

No seu seminal artigo *A Nobreza Rural Portuense nos Séculos XI e XII* (1969)<sup>1</sup>, José Mattoso esboçou claramente a natureza incipiente da historiografia que, até então, se tinha produzido

<sup>1</sup> MATTOSO, José. “A Nobreza Rural Portuense nos Séculos XI e XII”. *Anuario de Estudios Medievales*, 1969, 6, p. 465-520.

sobre a nobreza portugalense, limitando-se a aludir aos trabalhos de A. de Almeida Fernandes e de Emilio Sáez.

Na verdade, as incursões deste último sobre a aristocracia condal portugalense e coimbrã surgem, acima de tudo, da interacção bidireccional da família de S. Rosendo com o espaço galego e portugalense/coimbrão<sup>2</sup>. A omnipresença da descendência de Ildoara Eriz (filha do conde Ero Fernandes<sup>3</sup>, senhor de Lugo) e do conde Guterre Mendes<sup>4</sup> (filho do conde Hermenegildo Guterres, presor de Coimbra) na documentação do mosteiro galego de Celanova<sup>5</sup> justifica em grande medida este interesse<sup>6</sup>.

Fundado por S. Rosendo e protegido pelos seus pais e irmãos, o mosteiro de Celanova tornou-se, desde cedo, num retrato de uma intrincada rede de relações sócio-familiares, que, com o passar das gerações, foi agremiando em si figuras centrais da aristocracia condal galego-portuguesa e evoluindo em direcções muito díspares, ou seja, elevando-se, extinguindo-se ou, até, decaindo ao nível de infanções.

Aparentemente, este último contexto – de evolução socialmente divergente dos ramos familiares provenientes de Ero Fernandes – afigura-se como contraditório em relação ao cenário teórico traçado por José Mattoso, que, em *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, segmenta a nobreza medieval portuguesa do período condal em patamares relativamente estanques, constituídos por um corpo de magnates provenientes dos condes presores e por uma classe inferior de infanções (de origem autóctone ou externa), que se assumiriam como seus dependentes ou como detentores de uma autoridade meramente local<sup>7</sup>.

<sup>2</sup> Bem expressa em SÁEZ, Emilio. “Los Ascendientes de San Rosendo. Notas para el Estudio de la Monarquía Astur-Leonesa durante los Siglos IX y X”. *Hispania*, 1948, 30, p. 5-133.

<sup>3</sup> Protagonista de vários estudos como, por exemplo, SALAZAR Y ACHA, Jaime de. “Los Descendientes del Conde Ero Fernández, Fundador del Monasterio de Santa María de Ferreira de Pallares”. In *Galicia en la Edad Media (Actas del Coloquio de Santiago Compostela de la Sociedad Española de Estudios Medievales)*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 1990, p. 67-86.

<sup>4</sup> Sobre Guterre Mendes e sua descendência veja-se MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001 [1981], p. 88 e seguintes.

<sup>5</sup> Segundo a documentação deste cenóbio, a família de S. Rosendo, filho deste casal, ostentaria bens desde Bergantiños (Galiza) até ao vale do Mondego (ANDRADE, José Miguel. (ed.). *O Tombo de Celanova*. Santiago de Compostela: Conselho de Cultura Galega, 1995, 2 vols., docs. 1, 2, 4, 7, 75, 172, 179, 213, 218, 229, 256, 348, 357, 419, 453, 478, 493, 500, 508, 509, 510, 518, 568, 570 e 578).

Apesar desta sua forte vinculação a Celanova, os descendentes de Ero Fernandes também participaram activamente na fundação de outras casas monásticas galegas de menor importância. Neste contexto, importa assinalar os casos de Ferreira de Pallares (*vide* nota 3) e de Chantada, principalmente devido à sobrevivência de memórias e tradições genealógicas alusivas aos seus patronos. Para o caso de Chantada, podemos recomendar que se veja MÉNDEZ PÉREZ, José. “La Familia de San Rosendo en la Fundación del Monasterio de Chantada”. *Estudios Mindonienses*, 2007, 23, p. 125-182; e MÉNDEZ PÉREZ, José. “El Problema de Ermesenda en los Primeros Documentos del Monasterio de Chantada. Una Nota Aclaratoria”. *Rudesindus*, 2012, 8, p. 75-86.

<sup>6</sup> Até Mattoso, o lento desenvolvimento dos estudos sobre a aristocracia medieval portuguesa foi inversamente proporcional ao interesse nos processos de presúria. Ficam algumas referências que espelham bem esta realidade: SOARES, Torquato de Sousa. “O Repovoamento do Norte de Portugal, no Séc. IX”. *Biblos*, 1942, 18, p. 187-208; PINTO, Sérgio da Silva. *Breves Notas sobre as Presúrias do Século IX na Terra Portuguesa. A Respeito de Vimara Peres*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1968; ou, mais recentemente, AMARAL, Luís Carlos. *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto, 2007.

<sup>7</sup> *Vide* MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães, 1998 [1982], p. 37-114. Contudo, importa salvaguardar que a sua aceitação da existência de um nível de dependência hierárquica das elites infancionais em relação à velha aristocracia condal surge da adaptação de esquemas teóricos centro-europeus ao contexto Ibérico, que, tal como o próprio Mattoso enfatiza, já tinham levado à produção de retratos mais latos sobre a sociedade feudal peninsular (como, por exemplo, GRASSOTTI, Hilda. *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull' Alto Medioevo, 1969, 2 vols.). Com efeito, podemos verificar que esta mesma inspiração teórica também estimulou a historiografia espanhola das décadas de sessenta e setenta, que assumiu, com a mesma clareza, uma subordinação dos infanções e cavaleiros em relação aos estratos mais elevados da aristocracia peninsular (veja-se, por exemplo, PÉREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel. *Infanzones y Caballeros: su Proyección en la Esfera Nobiliaria Castellano-Leonesa, Siglos IX-XIII*. Madrid: Universidad Complutense, 1979).

No entanto, vários autores foram criando um cenário genealógico e social onde são recorrentes as áreas de intercepção entre linhas da velha aristocracia condal e da emergente classe infancional, ascendentes da nobreza fundacional portuguesa<sup>8</sup>.

No que concerne aos descendentes de Ero Fernandes, esta intercepção surge através da ascendência de Arualdo Gondesendes (Baião) em Gondesendo Soares, filho de Soeiro Gondesendes e neto de Gondesendo Eriz, filho de Ero Fernandes e esposo de Enderquina Mendes Pala. Este encadeamento genealógico foi proposto primeiramente por Almeida Fernandes e aceite quer por José Mattoso quer por José Augusto de Sottomayor-Pizarro<sup>9</sup>, sem que, contudo, se tenham tirado as devidas ilações teóricas de tal associação.

Por outro lado, do ramo frondoso de Ildoara Eriz (filha de Ero Fernandes) e do conde “coimbrão” Guterre Mendes sobressaem: Monio Guterres (911-959), pai do conde Gonçalo Moniz de Coimbra (928-981) e avô de Froila Gonçalves (994-1017), famoso aliado cristão de Almançor nas suas surtidas por terras cristãs (995-997)<sup>10</sup> e figura que, segundo informações genealógicas do mosteiro de Sobrado, poderá ter sido pai de Rodrigo Froilaz, antepassado mais longínquo dos Trava-Trastâmara<sup>11</sup>; e Froila Guterres (933-943), pai de Mumadona Froilaz, esposa do conde coimbrão Gonçalo Moniz (928-981), e de um varão anónimo, que poderá ser pai da condessa Tutadona, esposa do conde portugalense Mendo Gonçalves<sup>12</sup>, e do patriarca dos futuros condes de Celanova.

Com efeito, importa realçar que Gondesendo Eriz e Ildoara Eriz eram irmãos de Teresa Eriz (929), esposa de Gonçalo Betotes e mãe do conde portugalense Hermenegildo Gonçalves (926-943 † a. 950), esposo da célebre Mumadona Dias<sup>13</sup>. Este último casal daria origem à linha de condes de Portucale que perduraria até aos inícios do século XI, altura em que o conde Nuno Alvites recuperou a liderança do território portugalense e tudense para a linha de Vímara Peres, através do seu casamento com Ildoara Mendes, filha do conde Mendo Gonçalves (961-1008) e de D. Tutadona (Toda)<sup>14</sup>.

Assim sendo, podemos verificar que entre os descentes de Ero Fernandes se encontravam os condes de Portucale (através da linha de Gonçalo Betotes/Hermenegildo Gonçalves), os Trava-Trastâmara e Celanova-Pombeiro (por via das múltiplas linhas saídas de Ildoara Eriz e Guterre Mendes) e os Baiões e seus ramos secundários (através de uma das linhas saídas de Gondesendo Eriz e de Enderquina Mendes Pala, filha do presor de Coimbra).

Tendo em conta esta conjuntura genealógica é-nos lícito afirmar que a descendência de Ero Fernandes desafia o enquadramento bipartido proposto por Mattoso, já que no grupo enunciado encontramos famílias de origem condal em três patamares sociais distintos: no topo da velha aristocracia condal (os condes de Portucale); numa nova aristocracia condal emergida em finais do século XI (os Trava-Trastâmara e Celanova-Pombeiro); e, por fim, entre as novas elites infancionais dos séculos XI-XII (os Baião).

Esta nossa proposta de trabalho não pretende apresentar novos dados relativos aos descendentes de Ero Fernandes, mas sim expor novas leituras sobre o desdobramento genealógico do seu

<sup>8</sup> Existem já alguns casos plenamente comprovados de ascendência na velha aristocracia condal. Um dos mais destacados será o dos Lanhoso, que, segundo António LEITE LOBO, têm as suas origens em Vímara Peres (*Os “de Lanhoso” e os “da Teixeira”*. *Notas sobre as suas Origens*, citado por SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto, 1997, vol. II, p. 735.

<sup>9</sup> Vide SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p. 285.

<sup>10</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88 e seguintes; Ídem., *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 22-23. A colaboração dos magnates coimbrãos com os invasores muçulmanos foi avançada primeiramente por AZEVEDO, Rui de. “A Expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de Piratas Normandos à Galiza em 1015-16”. *Revista Portuguesa de História*, 1973, 14, p. 73-93.

<sup>11</sup> TORRES SEVILLA, Margarita. *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1999, p. 312 e 319-320.

<sup>12</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-89.

<sup>13</sup> Ídem, *ibidem*, p. 96-98; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 285 e 287.

<sup>14</sup> Sobre a linha condal portugalense veja-se MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 20-21.

grupo familiar, centrando-nos em 3 questões: no exame da validade do estabelecimento de uma clivagem sócio-familiar clara entre a aristocracia condal e os infanções; na revisão de algumas perspectivas agnáticas que trespassaram para o período condal; e, por fim, na reavaliação da ascensão dos infanções e queda da aristocracia condal enquanto uma disputa pelo poder entre duas “classes” distintas, terminada em Pedroso.

## 2. A FAMÍLIA DE ERO FERNANDES

A superficial ocupação muçulmana de vastas áreas territoriais cedo alimentou as aspirações da monarquia asturiana a uma expansão em direcção às linhas do Douro e Mondego. Prova disso são as primeiras surtidas de Afonso I em território galego, que, apesar de bem-sucedidas, não provocaram alterações significativas no espaço galego-português. Só em 854-856 se dariam os primeiros passos em direcção à reocupação dos antigos territórios de Tui, Astorga e León<sup>15</sup>, sendo que a acção de Afonso Betotes desencadearia as subsequentes presúrias do Porto (868), Chaves (872) e Coimbra (878).

Independentemente de todas as questões em torno do ritmo e autonomia das presúrias, somos da opinião que estas terão contado com o apoio da poderosa aristocracia lucense, na qual se destacaria Ero Fernandes (895-926), conde de Lugo e magnate de Afonso III e Ordonho II<sup>16</sup>.

Assim sendo, não é de estranhar o elevado perfil dos casamentos de seus filhos (nascidos das suas uniões com Adosinda e Elvira<sup>17</sup>), tendo conseguido uma dupla aliança com a casa de Hermenegildo Guterres, através dos casamentos de Gondesendo Eriz (910-947) com Enderquina Mendes “Pala” (falecida por volta 947) e de Ildoara Eriz (916-958) com o conde Guterre Mendes (910- † a. 934), e com a família de Afonso Betotes, através do matrimónio de Teresa Eriz (929) com o conde Gonçalo Betotes (915-929), filho do presor de Tui<sup>18</sup>. Sabemos também que Ero Fernandes terá sido pai de Diogo Eriz († a. 917)<sup>19</sup>, Godesteu Eriz (falecido depois de 939), esposo de D. Gogina<sup>20</sup>, e Goto Eriz (960), esposa de D. Monio, mãe de Ero Moniz e provável avó de Egas Eriz Iala<sup>21</sup>.

<sup>15</sup> DÍAZ, Manuel Cecilio; VILARIÑO, Daría. “La Diócesis de Tuy hasta 1100”. In GARCÍA ORO, José (coord.). *Historia de las Diócesis Españolas*, Vol. XIV: *Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002, p. 538.

<sup>16</sup> Sobre Ero Fernandes veja-se SÁEZ, “Los Ascendientes de San Rosendo...”, p. 5-133; MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 95; SALAZAR Y ACHA, *op. cit.*, p. 67-86; e, mais recentemente, TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 282.

<sup>17</sup> Segundo A. de Almeida FERNANDES, Elvira e Adosinda seriam uma única pessoa, sendo Elvira um cognome de Adosinda (“Portugal no Período Vimaranes (868-1128)”. Sep. da *Revista de Guimarães*, 1972, p. 13). Porém, tal não será possível, já que a onomástica dos patronos de Ferreira de Pallares, descendentes de Godesteu Eriz (filho de Ero Fernandes) e de D. Gogina, aponta para a existência de D. Elvira (*vide* SALAZAR Y ACHA, *op. cit.*, p. 69-73). Contudo, parece não existir actualmente um consenso quanto à distribuição da descendência de Ero Fernandes pelos dois casamentos, sendo que, radicando a nossa opinião em Margarita TORRES SEVILLA (*op. cit.*, p. 285), preferimos relacionar Gondesendo Eriz e Ildoara Eriz com Adosinda e Diogo Eriz, Godesteu Eriz e Goto Eriz, com Elvira. Contrariando a opinião de Sáez, pensamos que o perfil social do casamento de Teresa Eriz, com Gonçalo Betotes, a colocará entre os filhos nascidos da primeira união.

<sup>18</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 95-96; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 285.

<sup>19</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 96. Almeida Fernandes atribui a Diogo Eriz a progenitura de Nepociano Dias (950-970) e de Gondesenda Dias. Todavia, tal suposição não possui plena concordância com a realidade documental, já que, em 916, S. Rosendo recebeu várias vilas que o seu “tio” Nepociano tivera na terra de Valadares (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 71).

<sup>20</sup> Neste momento, existem duas identificações possíveis relativas ao casal Godesteu Eriz e Gogina/Gotina, sendo que uma delas se filia na opinião de Sáez (*vide* MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 95-96) e a mais recente em Salazar y Acha (*vide* TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 284 e 291). Segundo a primeira perspectiva, Gogina/Gotina seria filha de Ero Fernandes e esposa de Godesteu Fernandes, irmão deste e, portanto, seu tio. Porém, a memória genealógica dos patronos de Ferreira de Pallares aponta para que Godesteu tenha nascido do casamento do conde de Lugo com D. Elvira (*vide* SALAZAR Y ACHA, *op. cit.*, p. 69 e seguintes). Na raiz deste erro estaria a homonímia de Godesteu com um tio seu (Godesteu Fernandes) e de Gogina/Gotina com Godo/Goto Eriz, filha de Ero Fernandes.

<sup>21</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 96-97; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 291. Independentemente das incertezas sobre as origens dos Marnel, hoje atribuímos grande validade aos argumentos de Mattoso que filiam Egas

Graças à falta de documentação relativa à região tudense, os percursos de Afonso e Gonçalo Betotes prefiguram-se como bastante obscuros, sendo, por isso, de assinalar os indícios indirectos que nos sugerem o seu sucesso enquanto povoadores e agentes políticos.

Em poucas décadas (854-915), Afonso e Gonçalo conseguiram expandir a sua influência territorial da zona de Deza aos vales do Minho (com a presúria de Tui), do Lima (fronteira da antiga diocese tudense) e, provavelmente, do Cávado e Ave<sup>22</sup>.

Apesar de desconhecermos todos os efeitos das invasões muçulmanas na fronteira galego-portuguesa, as crónicas asturianas fizeram perdurar a ideia de que o vale do Minho tinha sido completamente devassado pelos invasores, sobejando um punhado de comunidades no interior montanhoso, que, contudo, nunca serviram de residência episcopal ou de casa a senhores locais<sup>23</sup>. Sabemos que os bispos Adelfio de Tui, Anserico de Viseu, Savarigo de Dume, Fromarigo de Coimbra e o bispo de Lamego buscaram refúgio na diocese de Iria, instalando-se com outros desterrados nas comarcas de Faro, Bergantiños, Nendos e Soneira<sup>24</sup>.

Todavia, o impulso expansionista verificado desde o período de Ordonho I faria reemergir a figura do bispo tudense: em 899, surge na consagração da basílica de Santiago D. Diogo de Tui; entre 912 e 914, um D. Branderico; e, em 915, D. Ermígio, prelado responsável pela primeira restauração da diocese tudense e tio do famoso S. Paio<sup>25</sup>.

Aparentemente, a vida pública de D. Ermígio terá sido seguida de perto pelo conde Gonçalo Betotes, já que as suas aparições documentais (915-929) coincidem sensivelmente com a sua prelatura (915-925). Importa assinalar também que D. Ermígio terá sido bispo do Porto até 915<sup>26</sup>, facto que permite depreender uma relação directa entre a sua nomeação e a aproximação da família do conde de Tui aos condes de Portucale e Coimbra. Ou seja, esta nomeação terá sido uma das múltiplas moedas de troca na rede de relações repartida entre a aristocracia condal de Tui, Lugo, Portucale, Coimbra e a coroa, que, ao mesmo tempo, testemunhava e cimentava os sucessos dos reconquistadores tudenses.

Por fim, importa assinalar o sucesso da política matrimonial de Afonso Betotes e dos seus descendentes, como sinal de êxito social e material deste grupo. Como vimos, o conde Gonçalo Betotes acabou por casar com Teresa Eriz (929), filha de Ero Fernandes, e dela teve: o conde Paio Gonçalves de Deza (936-959), esposo de Ermesenda Guterres (929-934), filha do conde “coimbrão” Guterre Mendes (910- † a. 934), filho de Hermenegildo Guterres, e da sua tia materna Ildoara Eriz; o conde portugalense Hermenegildo Gonçalves (926-943 † a. 950), esposo da poderosa Mumadona Dias (926- † 968); Ibéria Gonçalves (929), esposa do seu primo Paio Tedão (929-951 † a. 953), filho do seu tio paterno Tedão Betotes; Gontrode Gonçalves (929); e a rainha

---

Eriz Iala em Ero Moniz, filho de Godo/Goto Eriz e de D. Monio, já que esta hipótese justifica plenamente a situação geográfica dos seus domínios a sul do Douro. Importa relembrar também que os Marnel foram outra das linhagens de origem condal a sobreviver à perda de Coimbra e às convulsões do século XI, disseminando o seu sangue por parentelas às quais atribuímos um carácter infancional – veja-se o caso dos patronos do mosteiro de Grijó, que radicam as suas origens em Fromarigo Viegas (filho de Egas Eriz Iala), pai de Soeiro Fromarigues e avô de Nuno Soares de Grijó, pai de Boa Nunes de Grijó, esposa do conde leonês Osório Martínez (cabeça dos poderosos Flaínez durante as primeiras décadas do século XII) e mãe de Monio Osore de Cabreira e Ribeira (sobre este assunto veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de. *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e Estrutura da Família Nobre. Séculos XI a XIV)*. Ponte de Lima: Ed. Carvalhos de Basto, 1995; e CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA; João Paulo Martins. “Os Senhores de Cabreira e Ribeira: Um Estudo sobre a sua Origem e Transcendência Peninsular (Séculos XII-XIV)”. *Revista Portuguesa de História*, 2013, 44, p. 123-152).

<sup>22</sup> Com base em dados de Almeida Fernandes (FERNANDES, A. de Almeida. “A Estirpe dos Velhos (Origens e Inícios)”. *Arquivo do Alto Minho*, 1972-1973, 2ª Série, vol. IX, t. I e II, p. 47-83 e 121-146) e de Rui de Azevedo (AZEVEDO, Rui de. “A Presúria e Repovoamento entre Minho e Lima no Séc. X (Origens do Mosteiro de S. Salvador da Torre)”. *Revista Portuguesa de História*, 1947, 3, p. 257-270), Mattoso avançou a distribuição por estes espaços dos vários ramos saídos de Afonso Betotes (*vide* MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 24).

<sup>23</sup> DÍAZ; VILARIÑO, *op. cit.*, p. 543-544.

<sup>24</sup> IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto. *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*. Noia: Toxosoutos, 2008, p. 32; DÍAZ; VILARIÑO, *op. cit.*, p. 544.

<sup>25</sup> DÍAZ; VILARIÑO, *op. cit.*, p. 544.

<sup>26</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 115; IGLESIAS ALMEIDA, *op. cit.*, p. 32; e DÍAZ; VILARIÑO, *op. cit.*, p. 544.

Aragonta Gonçalves (922-956), segunda esposa de Ordonho II<sup>27</sup>. Com efeito, podemos constatar que quatro dos cinco filhos de Gonçalo Betotes e Teresa Eriz casaram dentro da cúpula da aristocracia do seu tempo<sup>28</sup>, através dos descendentes de Ero Fernandes e Hermenegildo Guterres (através de uma filha de Guterre Mendes e Ildoara Eriz), de Diogo Fernandes (através da condessa portugalense Mumadona Dias), do seu tio Tedão Betotes (através de Paio Tedão) e, até, da própria família real (por via do segundo casamento de Ordonho II).

Curiosamente, a carreira do conde Hermenegildo Gonçalves (926-943 † a. 950) encaixa quase perfeitamente na cronologia pública de Gonçalo Betotes (fundada por volta de 929) e do primeiro bispo tudense D. Hermígio (terminada em 925), sinal de que terá existido uma passagem de competências dentro da linhagem dos presores de Tui e dos seus dependentes.

Por isso, podemos presumir que o casamento de Hermenegildo com a condessa Mumadona Dias terá levado a uma junção das jurisdições condais de Portucale e Tui, que, por sua vez, seriam transmitidas a Gonçalo Mendes (950-997), Mendo Gonçalves (999-1008), à viúva deste último (a condessa D. Tutadona) e a Alvito Nunes (1008- † 1015/6), à sua filha Ildoara Mendes e ao seu marido, Nuno Alvites (1017- † 1028), filho do anterior e descendente de Vímara Peres, e, por fim, aos condes Mendo Nunes (1028-1050) e Nuno Mendes (1059- † 1071)<sup>29</sup>. Atendendo ao perfil da autoridade concedida aos condes D. Raimundo e D. Henrique, somos da opinião que este modelo jurisdicional também lhes terá sido transmitido, tornando-se assim num dos elementos justificativos das incursões de D. Teresa e D. Afonso Henriques nas terras de Toronho e Limia.

Com o paulatino declínio da aristocracia condal, foram-se formando nesta macro-região espaços relativamente periféricos à autoridade condal e, por isso, mais vulneráveis em relação às sucessivas surtidas normandas e muçulmanas<sup>30</sup>, profundamente desarticuladoras da sua vida social, e mais permeáveis a “presúrias” privadas por parte dos seus ramos colaterais. No caso da família de Gonçalo Betotes, este fenómeno seria visível na acção dos descendentes dos seus irmãos no vale do Ave e no Entre Minho e Lima.

Tudo indica que Tedão Betotes, detentor de bens em Bórben (Galiza), terá sido herdeiro ou fundador de Vila do Conde e pai de Paio Tedão (929-951 † a. 953), esposo da sua prima paterna Ibéria Gonçalves (filha de Gonçalo Betotes) e detentor de bens perto de Santiago de Compostela e de Vila do Conde, que seriam transmitidos à sua filha Châmoa Pais (953-968), senhora que, em 968, entregou a dita vila ao mosteiro de Guimarães, onde professou<sup>31</sup>.

Dada a conjuntura nefasta de um ciclo agressivo de incursões normandas<sup>32</sup>, podemos presumir que Châmoa Pais não terá tido capacidade para se defender das surtidas que terão assolado os vales do Ave, Cávado, Lima e Minho, confiando os seus bens (e corpo) à principal casa monástica que usufruía da protecção dos condes de Portucale, descendentes directos do seu tio-avô Gonçalo Betotes.

<sup>27</sup> Sobre todas estas figuras veja-se MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88, 95-96, 106-109 e 116-117; e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 284, 287, 291 e 306.

<sup>28</sup> Circunstâncias devidamente enfatizadas por SILVA, Maria João Violante Marques da. “Portugal no Reino de León. Etapas de uma Relação (866-1179)”. In *El Reino de León en la Alta Edad Media. Vol. IV: La Monarquía (1109-1230)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1993, p. 547-548.

<sup>29</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 20-21.

<sup>30</sup> As incursões normandas foram novamente analisadas por PIRES, Hélio Fernandes Vitorino. *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147)*. Fontes, História e Vestígios. Dissertação de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa, 2012, acentuando uma série de dúvidas e erros que fomos formulando sobre este fenómeno. Já as surtidas de Almançor foram alvo de trabalhos clássicos como o de AZEVEDO, “A Expedição de Almançor...”, p. 73-93.

<sup>31</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 116-117; Ídem. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 24. Mattoso atribui também a Tedão Betotes a progenitura de Rodrigo Tedão (928-933) e Olide Tedão (946), sendo que, a nosso ver, esta relação levanta bastantes dúvidas, principalmente devido à provável ligação de Rodrigo à fronteira do Côa (Cidade Rodrigo), enquanto tenente dessa região.

<sup>32</sup> A intensificação das suas surtidas entre 961 e 971 obrigaram os senhores galego-portugueses a fortificarem as suas posições, aumentando os seus contingentes militares, que viriam a ser utilizados em guerras internas, criadas por disputas sucessórias ou por inimizades pessoais entre figuras chave da aristocracia condal (MATTOSO, José. “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, Vol. I: *Antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 502).

Por sua vez, um varão anónimo nascido de Afonso Betotes terá sido pai ou avô de Bermudo Pepes, senhor da vila de Fão e esposo de D. Gontrode, de quem teve Paio Bermudes, repovoador do Alto Minho no século X que fundou o mosteiro de S. Salvador da Torre. Tudo indica que Paio Bermudes tenha sido pai de Godo Pais, avô de Goína Pais, esposa de Soeiro Galindes da Várzea, poderoso senhor de Riba Cávado e patrono do mosteiro da Várzea que atingiria a posição de meirinho régio nesta região em meados do século XI<sup>33</sup>. Segundo Almeida Fernandes, este casal daria origem a Ouroana Soares da Várzea, Maria Soares da Várzea, Leogúndia Soares da Várzea e a Nuno Soares Velho I, patriarca de todos os ramos dos Velhos<sup>34</sup>.

Neste contexto, importa assinalar que, atendendo à sua posição geográfica junto à desembocadura do Lima, podemos presumir que o património dos Velhos tenha advindo directamente de Goína Pais, única herdeira da linha de Bermudo Pepes, ou seja, de um dos descendentes de Afonso Betotes e, por isso, parente colateral dos condes portugalenses do século X. Por outro lado, o próprio Soeiro Galindes da Várzea era também descendente da velha aristocracia condal, já que a sua ascendência remonta a Gondesendo Eriz, filho de Ero Fernandes e esposo de Enderquina Mendes Pala, através de Soeiro Gondesendes, pai de Gondesendo Soares, avô de Arualdo Gondesendes (Baião), bisavô de Galindo Arualdes de Baião e trisavô do patrono do mosteiro da Várzea<sup>35</sup>.

Aparentemente, o carácter regional destes ramos secundários e a sua disponibilidade em se alinharem com famílias de condição mais baixa ou similar à sua, como os infanções ou outras linhas colaterais da aristocracia condal, terão permitido que escapassem ao colapso colectivo das grandes casas condais. Com efeito, a perda de condição social destes grupos secundários da aristocracia condal terá levado à assimilação de hábitos sociais próprios dos infanções. Neste capítulo, podemos tomar como exemplo Paio Bermudes, pois a sua “presúria” de Riba Lima terá acompanhado um longo ciclo de presúrias infancionais<sup>36</sup>.

Curiosamente, Afonso VI faria reverter a herança do último conde portugalense, Nuno Mendes, para o alvazil de Coimbra, Sisnando Davides, esposo da sua filha Loba Nunes e pai de Elvira Sisnandes, mulher de Martim Moniz de Ribadouro, célebre linhagem que manteve uma enorme proximidade em relação a Garcia II, documentada através de três diplomas, outorgados entre 1066 e 1070, relativos a Garcia Moniz e a Afonso Ramires<sup>37</sup>.

No fundo, o reinado de Garcia II terá sido caracterizado pela continuação de um programa sócio-político gizado por Fernando Magno e pelas novas elites galego-portuguesas que o acompanharam nas suas campanhas beirãs<sup>38</sup>. Um plano que passaria pela substituição da aristocracia condal pela nobreza infancional (encabeçada pelos Ribadouro) e por uma reforma administrativa assente na restauração de Braga e das suas sufragâneas<sup>39</sup>.

Todavia, importa regressar novamente ao século X e aos descendentes directos de Ero Fernandes, já que o duplo casamento de Gondesendo Eriz (910-947) e de Ildoara Eriz (916-958) com dois descendentes de Hermenegildo Guterres (Enderquina Mendes Pala e Guterre Mendes,

<sup>33</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 24; Ídem. *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 116. Veja-se também AZEVEDO, “A Presúria e Repovoamento...”, p. 257-270.

<sup>34</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

<sup>35</sup> Ídem, *ibídem*

<sup>36</sup> Fromarigo Cendones tomou posse da vila de Neiva, Gonçalo Trastemires da Maia ocupou Montemor e os Ribadouro colonizaram o vale do Paiva (SILVA, *op. cit.*, p. 563-nota 2).

<sup>37</sup> Ídem, *Op. cit.*, p. 564. PORTELA SILVA, Ermelindo. *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)*. Burgos: La Olmeda, 2001, p. 66-77.

<sup>38</sup> Sobre este assunto veja-se BLANCO LOZANO, Pilar. “La Intervención de Fernando I en la Zona Galaico-Portuguesa”. In *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional*, Vol. I: *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*. Braga: Universidade Católica Portuguesa / Cabildo Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 335-356.

<sup>39</sup> Luís Carlos Amaral defendeu recentemente que o impulso de restauração de diversas dioceses galego-portuguesas, em torno de 1071, permitiu a multiplicação dos “lugar-tenentes” de Garcia II (AMARAL, *op. cit.*, p. 237), sendo que esta reconfiguração devolveria a Braga e a Portucale a sua centralidade dentro do espaço político galego.

respectivamente) daria origem a dois ramos que iriam seguir o mesmo processo de disputa pela predominância dentro de um espaço regional<sup>40</sup>.

Com efeito, do casamento de Gondesendo Eriz com Enderquina Mendes Pala nasceram Froila (ou Froilo) Gondesendes (942-947)<sup>41</sup>, Adosinda Gondesendes (939-947), Ermesenda Gondesendes (947), provável esposa do conde coimbrão Aires Mendes (911-924), seu tio materno, Ero Gondesendes (930-950) e Soeiro Gondesendes (947- † a. 964)<sup>42</sup>.

Fundador do mosteiro de Sever do Vouga, Soeiro Gondesendes casou com Goldegrodo, de quem teve Sandino Soares (964- † a. 981) e Gondesendo Soares (964), pai de Honorigo Gondesendes e de Arualdo Gondesendes (Baião). Do casamento de Sandino Soares com Ximena nasceriam Fernando Sandines (981/c. 1005- † a. 1019), Soeiro Sandines (918- † a. 982) e Goldegrodo Sandines (976), continuadores da linha dos patronos de Sever do Vouga. A vinculação da família de Sandino aos mosteiros de Sever e Lorrão permite-nos conhecer também a descendência de Fernando Sandines: Nuno Fernandes (1019), Sandino Fernandes (1019), Sarracina Fernandes (1031-1048), Ximena Fernandes (1034-1078), esposa do conde Paio Nunes (1034-1040), e Ermesenda Fernandes (1037-1048), esposa do conde coimbrão Gonçalo Froilaz (1037), filho de Froila Gonçalves (994-1017)<sup>43</sup>.

Tudo indica que este último casamento terá proporcionado uma conciliação entre dois ramos desavindos de descendentes de Ero Fernandes, já que Froila Gonçalves aproveitou as surtidas de Almançor (995-997) para se aliar aos invasores e tomar o mosteiro de Sever do Vouga, enfraquecendo o domínio cristão na região e contribuindo para a perda de Coimbra. Esta situação levaria à expulsão de Froila Gonçalves do espaço cristão em 1017<sup>44</sup>.

A ascendência de Froila Gonçalves e Gonçalo Froilaz remonta a Ildoara Eriz e ao conde Guterre Mendes, pais de S. Rosendo, através do seu filho Monio Guterres (911-959) e da sua esposa, Elvira Aires (962), filha do seu tio paterno Aires Mendes (911-924) e da sua prima (materna e paterna) Ermesenda Gondesendes (947), filha de Gondesendo Eriz e de Enderquina Mendes Pala e também ela sobrinha materna do seu marido (Aires Mendes)<sup>45</sup>.

Do casamento entre Monio Guterres e Elvira Aires nasceram Guterre Moniz (931-999), Aires Moniz (948-973), bispo de Dume, Goto Moniz (927-964), esposa do monarca galego Sancho Ordonhes<sup>46</sup>, Ermesenda Moniz (962), Elvira Moniz (978-986), Egas Moniz<sup>47</sup> e Gonçalo Mo-

<sup>40</sup> O desdobramento genealógico destes dois casais encontra-se ilustrado em TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 285 e 299 e seguintes.

<sup>41</sup> Baseando-se em documentação portuguesa (947), Mattoso afirma que Gondesendo foi pai de uma senhora (Froilo), que foi confiada ao mosteiro de Lavra (MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 98). Contudo, documentação contemporânea de Celanova (942) aponta que este terá sido pai de um conde e *dux* de nome Froila (TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 291). Independentemente de possíveis incorrecções na transcrição de ambos os documentos, somos da opinião que estaremos perante uma única figura de género masculino.

<sup>42</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 98-99; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 291-292 e 306.

<sup>43</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 99-103; Ídem. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23; e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 285. O encadeamento genealógico de Arualdo Gondesendes com os Baiões encontra-se ilustrado em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões, e devidamente fundamentado nas suas notas.

<sup>44</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311-312.

<sup>45</sup> Segundo os dados genealógicos de TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 299 e seguintes, e de MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 87 e seguintes.

<sup>46</sup> Sobre esta figura veja-se, por exemplo, SÁEZ, Emilio. “Notas y Documentos sobre Sancho Ordoñez Rey de Galicia”. *Cuadernos de Historia de España*, 1949, 11, p. 25-92.

<sup>47</sup> Segundo Almeida Fernandes (FERNANDES, “Portugal no Período Vimaranense”, p. 218-219), este Egas Moniz poderá ter sido pai de Monio Viegas de Ribadouro, “Gasco”. Apesar de não existir qualquer dado documental que fundamente tal suposição, uma passagem do *Livro do Deão* (LD11A3 – *Livros Velhos de Linhagens (Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. I), ed. crítica de Joseph PIEL e José MATTOSO. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980. [= LV e LD]), onde se troca Egas Gondesendes de Baião por um Egas Moniz de Baião, “Gasco”, leva-nos a pensar que poderá ter existido, de facto, um parentesco entre as duas linhagens, sendo que este erro do nobiliário poderá resultar de uma retro-projecção em relação a gerações que viveram nos finais do século X, já que este nosso Egas Moniz seria primo afastado de Gondesendo Soares (pai de Arualdo Gondesendes, precursor dos Baiões), visto que seu pai (Monio Guterres, filho de Guterre Mendes e Ildoara Eriz) era primo de Soeiro Gondesendes (pai do dito Gondesendo Soares),

niz (928-981)<sup>48</sup>. Do casamento entre o belicoso conde coimbrão Gonçalo Moniz e a sua prima Mumadona Froilaz (981), filha do seu tio Froila Guterres (933-943) e de D. Sarracina, nasceram Godinha Gonçalves († a. 985), Monio Gonçalves (985-988), Ero Gonçalves (1016), Vela Gonçalves (995 ou 997), provável pai da condessa Toda Vela, esposa do conde portugalense Ramiro Mendes, alferes real em 1005, e Froila Gonçalves (994-1017)<sup>49</sup>.

Aproveitando as surtidas de Almançor em território cristão (995-997), Froila Gonçalves avançou contra os seus parentes colaterais (Fernando Sandines e seus filhos, filho de Sandino Soares e neto de Soeiro Gondesendes, filho de Gondesendo Eriz e de Enderquina Mendes Pala, irmãos de Ildoara Eriz e de Guterre Mendes, pais de Monio Guterres, seu avô paterno e pai de Gonçalo Moniz), usurpando-lhes o mosteiro de Sever do Vouga e os seus bens na região. O seu claro antagonismo em relação ao conde Mendo Gonçalves (961-1008), principal travão da expansão muçulmana, terá acicatado a hostilidade da coroa em relação a ele, garantindo-lhe a expulsão do espaço cristão em 1017<sup>50</sup>.

Curiosamente, seu filho Gonçalo Froilaz (1037) permaneceria em território cristão, tendo casado com Ermesenda Fernandes, filha de Fernando Sandines e representante dos patronos de Sever, talvez com o intuito de conciliar os dois ramos desavindos.

Julgamos que Froila Gonçalves também terá sido pai de Rodrigo Froilaz, antepassado mais longínquo dos Trava-Trastâmara. Na verdade, a memória genealógica apresentada pelo mosteiro de Sobrado, como prova dos seus direitos sobre Aranga, Mariniano, Ventosa, Origueira, Chantada, Meranio, Villa Ousat, Candario e Ouces, não expõe qualquer justificação para a presença de Rodrigo Froilaz na Galiza<sup>51</sup>. Porém, podemos propor várias hipóteses: um casamento com uma senhora local; uma divisão de responsabilidades e património entre Gonçalo Froilaz, que permaneceu na esfera portugalense/conimbricense, e Rodrigo Froilaz, que terá reorientado a sua acção para a velha Galiza *lucense*; ou podemos entendê-la como um distanciamento em relação ao avanço muçulmano na zona centro (onde Froila Gonçalves teria a maioria dos seus bens).

Por outro lado, podemos verificar que, apesar de todas as mutações políticas ocorridas no século XII, os Trava conseguiram manter o controlo político sobre um conjunto relevante de terras da região centro<sup>52</sup>. Tal situação pode indiciar que, apesar de ter transcorrido mais de uma centúria (carregada pelas vicissitudes inerentes à perda e reconquista de Coimbra), os Trava foram capazes de conservar parte dos direitos e bens que advinham de Froila Gonçalves, sendo que muitos deles

---

e que, por outro lado, sua mãe (Elvira Aires) seria filha de Aires Mendes e de Ermesenda Gondesendes, o que a tornava sobrinha de Soeiro e, por isso, prima de Gondesendo.

No fundo, a utilização do apelido “*Gasco*” terá servido para relacionar os Ribadouro com os Baiões, invocando o seu passado comum dentro da aristocracia condal do século X, sendo que, devido a homonímias entre os Baião, esta associação foi feita pelo nobiliário dentro da geração errada (cerca de 4 gerações mais tarde). Com efeito, não é de todo improvável que a proposta de Almeida Fernandes possa estar correcta, tornando assim os Ribadouro noutra dos ramos da velha aristocracia condal que se converteram em “infanções”.

<sup>48</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 90-91; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 301.

<sup>49</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 92-94; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 297-298 e 301.

<sup>50</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311.

<sup>51</sup> Com base nesta memória genealógica (LASCERTALES DE VALDEAVELLANO, Pilar (ed.). *Tumbos del Monasterio de Sobrado de los Monjes*. 2 Vols., Madrid: Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural – Archivo Histórico Nacional, 1976, doc. 212), Margarita Torres Sevilla foi a primeira a avançar a possível filiação de Rodrigo Froilaz em Froila Gonçalves, devido ao encaixe da sua conjuntura temporal, da sua dignidade social e ao encadeamento onomástico perfeito entre as duas figuras e, até, em relação aos seus descendentes (conf. TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 312). Tal suposição torna-se ainda mais verosímil quando verificamos que um Rodrigo Froilaz entrou em litígio com Troitesendo Vímares, a propósito de uma herdade em Guilhabreu que lhe tinha sido transmitida pelos filhos de Sandino Soares e de D. Ximena (Fernando, Soeiro e Goldegrodo), patronos de Sever de Vouga (*Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*. Vol. I, Lisboa: Academia das Ciências, 1867-[1873], doc. 216) – seguindo a tradição de oposição entre a aristocracia condal de Coimbra e os seus parentes colaterais de Sever. Para mais detalhes sobre a estrutura familiar dos Trava veja-se, por exemplo, LÓPEZ SANGIL, José Luis. *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*. Noia: Toxosoutos, 2002.

<sup>52</sup> Vejam-se os casos de Soeiro Mendes *Facha* (Tougues), filho de Mem Rodrigues de Tougues e neto de Rodrigo Froilaz de Trastâmara (irmão do conde Pedro Froilaz de Trava), que deteve a tenência de Seia em 1169, ou do conde Fernão Bermudes, filho de Bermudo Peres de Trava e neto de Pedro Froilaz de Trava, que assumiu as tenências de Viseu (1173), Guarda (1202) e Celorico da Beira (1209) (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. II, p. 882).

tinham sido ganhos através da sua aliança com Almançor e seu filho. Uma mácula que, de certa forma, terá gerado uma permanente desconfiança nas elites portuguesas em relação a esta família, motivadora da partidarização plasmada em S. Mamede.

Com efeito, podemos perspectivar a instalação dos Trava na Galiza como resultado das lutas dilacerantes entre Froila Gonçalves e Fernando Sandines na região centro.

Todavia, os Trava não terão sido a única linha familiar a se colocar de parte deste cenário, já que a descendência de Gondesendo Soares (964), irmão de Sandino Soares e, portanto, tio de Fernando Sandines, terá dirigido a sua acção para um contexto geográfico diferente, através de Honorigo Gondesendes, esposo de Adosinda Eriz (1040-1041), e de Arualdo Gondesendes (de Baião) (1020), esposo de D. Ufo e pai de Gondesendo Arualdes (de Baião), patriarca das principais linhas dos Baião, Galindo Arualdes (de Baião), pai de Soeiro Galindes (da Várzea) (patriarca dos Várzea-Velho) e de Troitesendo Galindes (de Paiva) (patriarca dos senhores de Paiva), e, provavelmente, de Cresconho Arualdes (Urgeses)<sup>53</sup>. A deslocação de Arualdo para zonas mais nortenhas terá permitido que se mantivesse à margem das lutas fratricidas dos seus primos na zona do Vouga e, ao mesmo tempo, que escapasse aos efeitos da reconquista muçulmana.

Partindo da região de Baião, estas linhas terão estendido a sua influência pelos vales do Douro e Paiva e ao Entre Ave e Lima, onde se estabeleceram os poderosos senhores da Várzea (principalmente através da figura de Soeiro Galindes, meirinho régio nesta região durante o século XI).

Voltando novamente aos descendentes de Ildoara Eriz e de Guterre Mendes, pais de S. Rosendo, podemos descortinar um outro ramo que, devido à sua implantação regional (na fronteira galego-portuguesa), se colocou à parte de todos estes problemas, nascidos da crise da aristocracia condal portugalense e conimbricense e da devastação das surtidas normandas e muçulmanas. Referimo-nos aos patronos de Celanova.

Apesar de se encontrar documentado em Portugal, podemos depreender que Froila Guterres (933-943), esposo de D. Sarracina e principal herdeiro de Guterre Mendes, seu pai, Aires Mendes, seu tio, e, acima de tudo, de Ildoara Eriz, sua mãe, terá tido uma vinculação forte ao sul da Galiza, principalmente através da sua herança materna, que incluía o governo da terra de Caldelas, junto a Búval e ao seu mosteiro familiar de Celanova<sup>54</sup>.

Devido a uma certa carência de documentação para os finais do século X, as três gerações seguintes de descendentes de Froila Guterres, e da sua esposa D. Sarracina, assumem uma dimensão algo lacunar<sup>55</sup>. O próprio *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* assume anacronismos gritantes no seu título XXXVII<sup>56</sup>, dedicado aos descendentes do conde Nuno de Celanova [Nuno Vasques de Celanova] (esposo D. Sancha Gomes de Sousa e patriarca dos Celanova que estiveram presentes nas cortes

<sup>53</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 99-100; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões (e, no caso de Cresconho Arualdes, Vol. I, p. 285); e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 285 – Esquema Genealógico Eriz (I).

<sup>54</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-89; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 310. Através da documentação de Celanova (datada de 934, 935, 936, 942, 996 e 1007) sabemos que foi senhor do mosteiro de S. Pedro de Rocas e da *commissa* de Caldelas, de vários bens nas terras Portugal (Leça, por exemplo), Bouro, Búval, Barrantes, Caldelas, Trives, Lugo, Vilalba, Bergantiños, Céltigos, Carnota, Coimbra (Figueira da Foz, Montemor, Anadia e termo de Coimbra), Vilela, Tomiño, Portomarín, Guntín, Bierzo, Ordes, Rubiá, Zamora, Astúria, Queiroga, Sorga e Celanova (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 3, 256, 266, 478, 499 e 505).

<sup>55</sup> A nosso ver, este fenómeno prender-se-á com os efeitos negativos das incursões normandas de 1014-1016 no vale do Minho (FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuel. *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, 2004, p. 28), que, devido ao saque da cidade de Tui e à passagem da sua tutela para a diocese de Iria-Santiago, terão resultado na perda da maioria do seu acervo documental. Por outro lado, a própria documentação portuguesa apenas permite uma leitura conjuntural, que aponta para que Froila Guterres e Sarracina tenham dado origem à condessa Tutadona/Mumadona Froilaz, esposa do conde Gonçalo Moniz (seu primo), e a um filho desconhecido, que terá sido pai da condessa D. Tutadona, mulher do conde portugalense Mendo Gonçalves (conf. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-89).

<sup>56</sup> LL37A1. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. II – 1 e 2), ed. crítica de José MATTOSO. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980 (= LL). *Livros Velhos de Linhagens (Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, Vol. I), ed. crítica de Joseph PIEL e José MATTOSO. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980 (= LV e LD).

de D. Raimundo, D. Teresa e D. Afonso Henriques), já que o situa como irmão de um D. Afonso de Celanova e do próprio S. Rosendo. Ou seja, julgamos ser absolutamente impossível que S. Rosendo, falecido por volta de 977, tenha sido irmão de uma figura de finais do século XI (D. Nuno).

Em nossa opinião, e atendendo aos interesses de Froila Guterres em Búval e Caldelas, D. Nuno terá sido descendente deste irmão de S. Rosendo (e não seu irmão), através de um irmão anónimo de Mumadona/Tutadona Froilaz, esposa do conde Gonçalo Moniz (928-981), pai da condessa Tutadona (1006-1022 † a. 1025), esposa do conde portugalense Mendo Gonçalves. O presumível poder político e patrimonial desta figura e a ausência de documentação sobre a sua família fazem-nos acreditar que este terá vivido na fronteira galego-portuguesa, dado que existe uma escassez de documentação nesta zona durante esta cronologia vital (finais do século X-XI), devido às incursões muçulmanas e normandas no vale do Minho.

Atendendo à mentalidade linhagística dos nobiliários do século XIV, que, na esmagadora maioria dos casos, delineava a transmissão dos apelidos apenas por via masculina, achamos altamente provável que o progenitor anónimo de D. Tutadona tenha sido um varão, detentor de direitos de padroado sobre Celanova, que desembocariam no conde Vasco de Celanova.

Se assim for, podemos descrever este nexos genealógico da seguinte forma: deste filho anónimo de Froila Guterres terão nascido a condessa Tutadona e um filho de nome desconhecido; somos da opinião que este filho poderá ser o conde Afonso de Celanova, figura erroneamente identificada pelo livro de linhagens como irmão do conde Nuno Vasques de Celanova e de S. Rosendo; esta nossa suposição baseia-se na ideia de que o nome de um dos filhos de Nuno Vasques, Afonso Nunes de Celanova, poderá ser uma invocação deste Afonso de Celanova, possível pai ou avô do conde Vasco de Celanova, esposo de Gontrode Nunes (1028-1088), irmã do conde portugalense Mendo Nunes (1028-1050) e tia de Nuno Mendes (1059- † 1071). Assim sendo, podemos entender o casamento de Vasco de Celanova com Gontrode Nunes como uma iniciativa de concentração de parte do património original de Froila Guterres, e do seu filho anónimo, numa única linhagem próxima da família condal portugalense<sup>57</sup>.

A riqueza dos Celanova, a natureza estratégica dos seus domínios (na fronteira galego-portuguesa), o seu parentesco directo com os últimos condes de Portucale e, acima de tudo, a sua ascendência na antiga aristocracia condal, transformavam Nuno Vasques e seus filhos em personagens de charneira das cortes dos alvares da nacionalidade. Por outro lado, o casamento de Nuno Vasques com Sancha Gomes de Sousa daria legitimidade política e antiguidade a uma das principais linhagens infancionais, sendo que esta legitimidade se estenderia à própria família real na geração seguinte, através do casamento de Sancho Nunes de Celanova com a infanta Sancha Henriques, irmã de D. Afonso Henriques.

Com efeito, podemos constatar que vários ramos secundários da aristocracia condal procuraram superar as crises sociais e políticas através da sua lenta desvinculação das antigas linhagens condais e do seu estabelecimento em espaços periféricos aos seus domínios. No Entre Douro e Minho, os parentes colaterais de Hermenegildo Gonçalves (provenientes de Afonso Betotes) terão investido na ocupação dos vales do Minho, Lima, Cávado e Ave, sendo que tal processo os terá tornado vulneráveis em relação às incursões normandas. No fundo, o casamento de Goina Pais com Soeiro Galindes da Várzea constitui uma aliança entre dois destes ramos colaterais, que escaparam à implosão da autoridade condal.

Contudo, a ascendência masculina de Soeiro Galindes revela o mesmo sentido de afastamento das disputas regionais da aristocracia condal coimbrã nas vésperas da perda de Coimbra para os muçulmanos, já que a reorientação dos descendentes de Gondesendo Soares e de Arualdo Gondesendes para territórios a norte do Douro terá surgido de um distanciamento dos litígios entre Froila Gonçalves e Fernando Sandines na zona do Vouga.

<sup>57</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 35; Ídem. *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 84-86; MATTOSO, José. *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 Vols. (*Oposição-Composição*). Lisboa: Estampa, 1995 [1985], vol. I, p. 152 e seguintes.

Por seu lado, os ramos descendentes de Froila Gonçalves acabaram por buscar soluções distintas para os seus problemas. Enquanto Gonçalo Froilaz procurou uma conciliação com os herdeiros de Fernando Sandines, através do seu casamento com Ermesenda Fernandes, Rodrigo Froilaz buscou a sua sorte na Galiza, onde se afastou de todas as antipatias geradas pelo alinhamento de seu pai com os interesses muçulmanos.

Por fim, resta referir que os Celanova também terão resultado de um alheamento territorial das crises dos seus parentes da aristocracia condal portugalense e coimbrã, na medida em que os seus domínios galegos (na zona de Limia) terão sido a sua verdadeira base de operações, sem que, por isso, tenham alienado as suas relações com Portucale. Longe de terem sido afectados pela extinção da linha condal de Coimbra e pelo paulatino declínio dos condes portugalenses (seus primos), os Celanova souberam manter uma influência impar na fronteira galego-portuguesa, que seria plenamente capitalizada aquando do estabelecimento da autoridade condal de D. Henrique.

### 3. A ASCENDÊNCIA CONDAL DOS BAIÃO, CELANOVA E TRAVA-TRASTÂMARA

Nesta secção procuraremos descrever as sequências genealógicas que ligam os Baião, Celanova e Trava-Trastâmara do século XII à família de Ero Fernandes, enfatizando sempre a natureza “transfronteiriça” das suas redes de interesses.

Assim sendo, tomaremos como ponto de partida Ero Fernandes (895-926) e a sua primeira esposa, D. Adosinda, devido à dupla aliança de Gondesendo Eriz (910-947) e Ildoara Eriz (916-958) com a casa condal de Hermenegildo Guterres, através do seu casamento com Enderquina Mendes Pala († a. 947) e Guterre Mendes (912- † a. 934), respectivamente<sup>58</sup>. Deste primeiro casal (Gondesendo Eriz e Enderquina Mendes) nasceram os ramos que deram origem aos patronos de Sever de Vouga e aos futuros Baião, sendo que do segundo (Ildoara Eriz e Guterre Mendes) saíram as linhas que deram origem aos Trava (através dos últimos condes de Coimbra) e aos Celanova (através de um ramo colateral obscuro das famílias de Mumadona/Tutadona Froilaz-Gonçalo Moniz [Coimbra] e de Tutadona-Mendo Gonçalves [Portucale], através de um filho desconhecido do pai anónimo da segunda senhora, filho de Froila Guterres e, por isso, irmão da primeira).

#### 3.1. Os Baião

Tal como temos vindo a enfatizar, o longo caminho dos Baião terá tido início com Ero Fernandes, através do seu filho Gondesendo Eriz (910-947), uma figura escassamente documentada que, apesar de ter casado com Enderquina Mendes Pala († a. 947), não conseguiu atingir a dignidade condal. Porém, sabemos que marcou presença em diplomas de Ordonho II, Ramiro II e de Sancho Ordonhes e que se envolveu na reorganização territorial do espaço galego-português através da fundação dos mosteiros portugueses de Azevedo, Sanguedo, Santa Marinha e de Dides (na Galiza), e do patrocínio do cenóbio de Lavra<sup>59</sup>.

No que concerne à sua descendência, importa assinalar uma relevante contradição documental, visto que a documentação de Celanova<sup>60</sup> aponta-lhe um filho, Froila Gondesendes, que, lado a lado com alguns dos seus parentes benfeitores deste mosteiro, ostentava as dignidades de conde e *dux*, enquanto que o documento relativo à fundação e dotação por Gondesendo dos mosteiros supracitados, alude claramente a uma senhora (Froilo Gondesendes), que, devido à sua enfermidade, teria sido confiada à abadessa do mosteiro de Lavra, a troco de alguns dos seus bens. Neste

<sup>58</sup> Para uma visão mais esquemática da descendência de Ero Fernandes consulte-se MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 95-97; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 282-291; SALAZAR Y ACHA, *op. cit.*, p. 69-70 e seguintes.

<sup>59</sup> *Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*, doc. 12. Conf. MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 97-98; TORRES SEVILLA, Margarita. *Op. cit.*, p. 283.

<sup>60</sup> ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 2.

caso, pensamos que estaremos perante a mesma pessoa e que os traços vitais aludidos em ambos os documentos se aplicarão a uma única personagem (seja ela masculina ou feminina).

Para além de Froila/Froilo, Gondesendo e Enderquina foram também pais de Adosinda Gondesendes (939-947), senhora que surge no documento de 947 por força do seu casamento com o modesto nobre Ansur Benfrogia, Ermesenda Gondesendes, dama também referida no documento de 947 e que deverá ter casado com o conde coimbrão Aires Mendes (911-924), seu tio carnal (por via materna) e provável pai de Enderquina Aires Pala (957-981), benfeitora de Lorvão, Ero Gondesendes, conde e *dux* estreitamente relacionado com os seus parentes de Coimbra e com os “Eriz” de Celanova, e Soeiro Gondesendes (947- † a. 964), fundador do mosteiro de Sever do Vouga e esposo de D. Goldegrodo († a. 964)<sup>61</sup>.

Deste último casal nasceram, pelo menos, dois varões: Sandino Soares (964- † a. 981), figura que terá gerido os avultados bens da sua família na região do Vouga e alimentado laços com a aristocracia condal de Coimbra, e Gondesendo Soares (964), nobre escassamente documentado que, segundo Almeida Fernandes, Mattoso e, mais recentemente, Sottomayor-Pizarro, pode ser tomado como o patriarca dos senhores de Baião<sup>62</sup>.

Tal como já referimos, do casamento de Sandino Soares com D. Ximena († a. 981) nasceram Soeiro Sandines (981- † a. 982), Goldegrodo Sandines (976) e Fernando Sandines (981/ c.1005- † a. 1019), esposo de D. Elvira e continuador da linha de patronos de Sever do Vouga, que se destacou pelos seus litígios com o magnate coimbrão Froila Gonçalves, durante o período em que este se alinhou com as operações muçulmanas desencadeadas na zona centro pelas surtidas de Almançor, geradoras da perda de Coimbra e do ocaso da sua velha aristocracia condal e dos patronos de Sever<sup>63</sup>.

Por seu lado, Gondesendo Soares ter-se-á afastado dos litígios dos seus primos na região do Vouga e dos efeitos negativos da perda de Coimbra, encetando um processo de deslocalização e reimplantação da sua linhagem em territórios a norte do Douro, irradiando a sua influência a partir da zona de Baião-Marco de Canaveses. Este processo, que, devido a insuficiências documentais, não pode ser traçado com precisão, terá resultado num decréscimo da condição social dos seus descendentes, chegando ao nível de infanções. Assim sendo, de Gondesendo Soares terão nascido Honorigo Gondesendes, esposo de Adosinda Eriz (de quem teve descendência)<sup>64</sup>, e Arualdo Gondesendes de Baião.

A associação de Arualdo Gondesendes (1020)<sup>65</sup> aos Baião foi feita pela primeira vez por Almeida Fernandes e aceite, com algumas reservas, por Mattoso e, mais recentemente, por Sottomayor-Pizarro<sup>66</sup>. Segundo os livros de linhagens<sup>67</sup>, Arualdo casou com D. Ufo, de quem terá tido dois varões, Gondesendo e Galindo Arualdes.

<sup>61</sup> Reconhecendo sempre, implicitamente, a ascendência condal dos seus descendentes, Mattoso encarregou-se de enfatizar consistentemente a sua implantação no vale do Vouga e, posteriormente, na zona de Braga (conf. MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23 e 61). Quanto à sua posição na linha ascendente dos Baiões veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

Sobre todas as figuras referidas neste parágrafo veja-se MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 98-99, e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 283 e 291. Resta referir que Ermesenda Gondesendes e o conde Aires Mendes tiveram uma outra filha, Elvira Aires, que se documenta entre os patronos de Celanova em 962 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 8).

<sup>62</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 99-100; ídem, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23 e 61; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 291; e, sobre a validação da sua posição enquanto ascendente dos Baiões, SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p. 285.

<sup>63</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23.

<sup>64</sup> Vide MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 99.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

<sup>66</sup> Apesar de expressar algumas dúvidas, MATTOSO parece aceitar, implicitamente, a validade desta filiação, chegando a estabelecer uma relação directa entre a sua família, os Baião (através de Egas Gondesendes) e os senhores da Várzea (através de Soeiro e Galindo Arualdes), usando indícios documentais que os agrupam em torno de bens na região de Braga (*Ibid*; MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 61). Já SOTTOMAYOR-PIZARRO atribui maior validade aos argumentos de Almeida Fernandes e aos indícios expostos por Mattoso, aceitando plenamente a sua relação com os Baião, que expõe devidamente através da sua reconstituição genealógica (*Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. I, p. 285, e Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões).

<sup>67</sup> LL40A1.

Com efeito, do primeiro terá nascido Egas Gondesendes de Baião I, uma figura que, para além de estar claramente aparentada com Galindo Arualdes, seu tio, e com Soeiro Galindes da Várzea, seu primo<sup>68</sup>, ostentava laços bastante próximos em relação à própria família condal de Portucale, já que, em 1072, recebeu alguns bens da condessa Gontrode Nunes<sup>69</sup>.

Na nossa opinião, esta permuta de bens poderá dever-se não só ao parentesco que os Baião mantinham com a família condal portugalense e com a linha dos patronos de Celanova, como também a uma possível deslocação de Gontrode para o sul da Galiza aquando do seu casamento, tornando-o herdeiro de parte do seu património português. Assim sendo, podemos ler neste panorama uma espécie de transferência de poderes da velha aristocracia condal para um ramo infancional pertencente à sua família alargada, que terá sido favorecido directamente pelos acontecimentos de Pedroso. O próprio Alvazil de Coimbra, Sisnando Davides, viria a honrá-lo com alguns bens, sendo que Egas Gondesendes viria a confirmar alguns documentos conimbricenses em torno de 1075<sup>70</sup> – claro sinal de que os Baião tinham absorvido algum do prestígio da extinta linhagem condal.

Do casamento de Egas Gondesendes com Sancha Gonçalves terão nascido: Gondesendo Viegas de Baião, personagem identificado hipoteticamente por Almeida Fernandes, com o propósito de superar o desfazamento existente entre Egas Gondesendes de Baião I e Egas Gondesendes de Baião II; Godinho Viegas de Azevedo, esposo da sua parente Maria Soares da Várzea, filha de Soeiro Galindes, que seria imortalizado através de um caricato incidente familiar com Paio Guterres da Silva, cunhado da sua esposa<sup>71</sup>; e Sancha Viegas de Baião, esposa de Mem Fernandes de Bragança I<sup>72</sup>. Os dois varões mencionados dariam origem aos ramos troncais dos Baião (através de Egas Gondesendes II) e Azevedo (através de Paio Godins de Azevedo)<sup>73</sup>.

Já de Galindo Arualdes procedem os senhores da Várzea-Velho e os Paiva, através de Soeiro Galindes da Várzea e Troitesendo Galindes de Paiva, ambos irmãos de Adosinda Galindes. Segundo Almeida Fernandes, esta prole terá nascido do seu casamento com Emissa Froiaz, patrona do mosteiro de Santo Antonino de Barbudo (no concelho de Vila Verde, perto de Braga)<sup>74</sup>.

Olhando para a carreira pública de Soeiro Galindes da Várzea (1046-1075), que atingiu o prestigioso cargo de meirinho régio em Riba Cávado, podemos constatar que terá usufruído, em certa medida, de algum do prestígio da velha aristocracia condal, já que a sua família conseguiu agremiar alguns bens em Subcolina (Braga) e fundou o mosteiro da Várzea (junto a Braga)<sup>75</sup>, bem dentro dos territórios tradicionalmente associados aos antigos condes portugalenses. Este estatuto seria consolidado através do seu casamento com Goína Pais, neta de Godo Pais, filha de Paio

<sup>68</sup> Veja-se o caso do casamento de Godinho Viegas de Azevedo, filho de Egas Gondesendes, com Maria Soares de Várzea, filha de Soeiro Galindes (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões).

<sup>69</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 61.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> Segundo os livros de linhagens (LD15B1 e LL52A1), Godinho Viegas repudiou a sua esposa após o nascimento de Paio Godins de Azevedo, desencadeando a ira de Paio Guterres da Silva, grande magnate oriundo do Alto Minho e *vicarius* régio de Afonso VI em Portucale. Após o assassinato de Godinho Viegas, Troitesendo Galindes de Paiva, irmão de Soeiro Galindes e tio da ofendida, terá acabado por cegar Paio Guterres, devido à sua intromissão num assunto familiar. MATTOSO dá esta passagem como falsa, já que apenas poderia ter acontecido até cerca de 1080, quando, na verdade, Paio Guterres teve uma vida activa bastante mais duradoura. Contudo, esta tradição terá sido pensada para ilustrar uma rivalidade acesa entre os Baião-Azevedo-Paiva e os Silva (*Identificação de um País*, vol. I, p. 144), talvez pela proximidade entre os domínios de Godinho Viegas (senhor da honra de Azevedo, em Barcelos, e fundador o mosteiro de Vilar de Frades) e dos senhores da Várzea, mais junto a Braga, aos territórios do Silva, que transcendiam já o seu Alto Minho natal – sobre Paio Guterres e sua linhagem veja-se *ibidem*, vol. I, p. 142-144.

<sup>72</sup> Importa referir que deste casal nasceu Fernão Mendes de Bragança II, pai de Mem Fernandes de Bragança II, destacado magnate das cortes de Afonso Henriques, Afonso VII e Fernando II – veja-se CALDERÓN MEDINA, Inés; FERREIRA, João Paulo Martins. “Beyond the Border. The Aristocratic Mobility between the Kingdoms of Portugal and León (1157-1230)”, *e-Journal of Portuguese History*, 2014, 12, n.º 1, p. 8-9.

<sup>73</sup> Conf. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

<sup>74</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 285; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

<sup>75</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 144. *Ídem*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 61.

Bermudes, neta de Bermudo Pepes e bisneta ou trineta de Afonso Betotes, que lhe terá transmitido vários bens no Alto Minho e o padroado do mosteiro da Torre<sup>76</sup>. Deste seu casamento terão nascido Nuno Soares Velho I, Leogúndia Soares da Várzea, Maria Soares da Várzea e Ouroana Soares da Várzea<sup>77</sup>.

Importa assinalar que um documento de 1112, oriundo da diocese de Tui<sup>78</sup>, exprime que os herdeiros de um Nuno Soares admitiram que este usurpou à dita igreja a vila da Vinha, entre os rios Âncora e Lima, demonstrando vontade de a ressarcir deste desmando. Atendendo ao percurso vital de Nuno Soares Velho II, podemos presumir que estas figuras estivessem a aludir a acções de Nuno Soares Velho I, personagem que, usando o seu estatuto de principal herdeiro de Goína Pais e, por isso, da velha aristocracia condal tudense, foi capaz de subtrair uma parte substancial do actual concelho de Viana do Castelo ao bispo de Tui<sup>79</sup>.

Olhando para este contexto, podemos verificar que, chegados ao período de transição para o século XII, os diversos ramos de Baiões já se encontravam espalhados por grande parte do território portugalense. Enquanto a família de Egas Gondesendes de Baião II dominava as zonas de Baião-Marco de Canaveses, a parentela de Paio Godins de Azevedo espalhou-se pelo competitivo Entre Cávado e Ave, a descendência de Nuno Soares Velho I, principais herdeiros dos senhores da Várzea, deslocou-se de Riba Cávado para o vale do Lima, e os descendentes de Pedro Troitesendes afirmaram-se no vale do Paiva.

Somos da opinião que a atomização do poder condal em Pedroso (1071) terá deixado um vazio de poder propício à apropriação de poderes públicos por parte da elite infancional, que, como podemos constatar através do caso dos Baiões, possuía fortes laços de parentesco com a velha aristocracia condal. A acção de Fernando Magno no território portugalense, a estratégia política de Garcia II, a reconfiguração do mapa eclesiástico e a emergência desta nobreza territorial, bem como a posterior busca de Afonso VI por novas soluções políticas, tornaram o sangue condal destas figuras mais relevante, incentivando-as a assumir a liderança da sua região. Nesse sentido, Nuno Mendes terá sido vítima da pressão de uma miríade de parentes e dependentes, que se viu alavancada pelos projectos da coroa, e não de uma suplantação por um grupo secundário de carácter estritamente exógeno ao seu.

Neste panorama, importa assinalar que, apesar do seu sucesso durante os reinados de Afonso VI a Afonso VII, apenas os Velhos encetaram um processo de reaproximação à fronteira galego-portuguesa. Com efeito, de Nuno Soares Velho I nasceram Pala Nunes Velho, Elvira Nunes Velho, Gontinha Nunes Velho, esposa do seu parente Paio Godins de Azevedo, e Soeiro Nunes Velho I, esposo de Aldonça Nunes de Armentares e pai de Paio Soares de Armentares, Mem Soares Velho, Sancha Soares Velho I, Teresa Soares Velho e Nuno Soares Velho II<sup>80</sup>.

Destes filhos destacam-se: Paio Soares de Armentares, personagem que, segundo o *Livro do Deão*<sup>81</sup>, deu origem aos Sequiade e aos Eiró; Sancha Soares Velho I, senhora que se casou com Paio Vasques de Bravães, mordomo da rainha D. Teresa que terá nascido de um conde Vasco Nunes, fundador do cenóbio de Bravães<sup>82</sup>; e Nuno Soares Velho II, figura assídua da corte portuguesa entre 1117 e 1162, que conseguiu alcançar a alferesia e o governo da terra de Neiva em 1127 e

<sup>76</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 116.

<sup>77</sup> Conf. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

<sup>78</sup> ACHDT, Pergaminhos, Carp. 3, doc. 22.

<sup>79</sup> Graças à deposição de Garcia II, o processo de restauração da diocese de Tui (1071) foi altamente atribulado, tornando o seu território mais vulnerável a depredações (sobre este tema veja-se GARCÍA ÁLVAREZ, Manuel Rubén. “El Diploma de Restauración de la Sede de Tuy por la Infanta Urraca”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 1962, t. 17, p. 275-292).

<sup>80</sup> Conf. SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.5. – Baiões.

<sup>81</sup> LD14C4.

<sup>82</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, Vol. I, p. 138.

1145<sup>83</sup>. Senhor de avultado património<sup>84</sup> e patrono do mosteiro de Carvoeiro<sup>85</sup>, Nuno Soares viria a ser imortalizado pelos livros de linhagens por força da sua turbulenta vida familiar. Tendo já casado e enviuvado de Mor Pires Perna, Nuno Soares casou novamente com Gontrode Fernandes de Montor, filha de Fernão Anes de Montor e irmã de D. Paio Curvo de Toronho<sup>86</sup>. Segundo o *Livro do Deão* (LD14Y5), Gontrode terá encetado uma relação adúltera com Gonçalo Sapo, parente do conde D. Vasco, pouco tempo depois do nascimento de João Nunes de Cerveira. Os dois amantes acabariam por ser vítimas da ira de Nuno Soares, que, por isso, seria desafiado para um duelo por Simão Nunes Curutelo. Devido à sua idade, o reto seria respondido por Pero Nunes Velho, filho do seu primeiro casamento, que o obrigou a desdizer-se em campo de batalha.

Do primeiro casamento de Nuno Soares Velho II com Mor Pires Perna nasceram Soeiro Nunes Velho II<sup>87</sup>, Pero Nunes Velho<sup>88</sup>, Mem Nunes Velho, patriarca dos Barreto, Elvira Nunes Velho II, esposa do magnate fronteiriço Soeiro Aires de Valadares, de quem teve descendência, e amante do jogral Mem d'Alaúde, de quem teve Afonso Mendes de Neivoo e Sancha Mendes, matriarca dos Calheiros e Carpinteiros<sup>89</sup>, Mor Nunes Velho e Urraca Nunes Velho, esposa de Gomes Pais da Silva, irmão de Pero Pais Escacha<sup>90</sup>.

Do seu segundo casamento com a galega Gontrode Fernandes de Montor nasceu João Nunes de Cerveira, um dos magnates transfronteiriços mais proeminentes do século XII<sup>91</sup>. Herdeiro do prestígio social e político granjeado por seu pai na corte portuguesa, João Nunes soube imiscuir-se nos círculos aristocráticos de Coimbra, sendo que a sua família viria a adquirir vários bens na região (Coimbra, Ourém, Besteiros e Viseu). A sua presença na corte centrou-se num período entre 1183 e 1192, já que um préstamo régio em Cerveira o terá feito voltar novamente ao Alto Minho, tendo tomado posse do castelo de Cerveira e, provavelmente, da tenência de Riba Minho. Em 1217, surge entre as figuras presentes no acordo relativo aos dotes das infantas leonesas Sancha

<sup>83</sup> *Ibidem*, vol. I, p. 140-141.

<sup>84</sup> Segundo as inquirições deteve bens dispersos pelos actuais concelhos de Caminha, Viana do Castelo, Barcelos e Cerveira (*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, Vol. I, Parte I e II. Lisboa: Academia das Ciências, 1888-1977, p. 349 [inquirições de 1258]; A.N.T.T., Inquirições de D. Dinis, Livro VI, Fol. 31v [inquirições de 1307-11]; SOTTOMAYOR-PIZARRO José Augusto de. (Ed.). *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, Nova Série, Vol. IV/1: *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, Lisboa: Academia das Ciências, 2012, p. 129-130, 163-164, 165, 175-176, 325 e 340).

<sup>85</sup> Segundo LL58E3, Nuno Soares escolheu ser sepultado neste cenóbio.

<sup>86</sup> Referido em LL22A4, Fernão Anes foi um dos principais validos de D. Urraca e Afonso VII nas guerras fronteiriças dos inícios do século XII (*vide* BARTON, Simon. *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 37; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 93-100; SOUTO CABO, José António. “Fernando Pais de Tamalhancos: Trovador e Cavaleiro”. *Revista de Literatura Medieval*, 2012, 24, p. 232, 239 e 240-241), fundando assim uma linhagem (Toronho-Montor) que se caracterizou posteriormente pela sua acção transfronteiriça dúbia, enquanto condes da região de Toronho. O melhor representante desta conduta dúbia é, justamente, Paio Curvo de Toronho, magnate documentado entre 1128 e 1173, que, alavancado pelo seu primeiro casamento com Toda Moniz (sobrinha do arcebispo Diego Gelmires), foi servindo Afonso VII, Fernando II e, certamente, Afonso Henriques, tendo sido complacente com os avanços portugueses na Galiza entre 1161 e 1169 (*vide* FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 101-112; SOUTO CABO, *op. cit.*, p. 242; e, sobre o seu património e vinculação a Melón, A.H.N., Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, docs. 12-13, Carp. 1438, doc. 2, e Carp. 1457, doc. 11). Curiosamente, seu filho, Gonçalo Pais de Toronho, viria a marcar presença na corte de Sancho I, em 1197, como governador de Tui (MATTOSO, José. “A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença”. In *Obras Completas*, Vol. VIII: *Portugal Medieval. Novas Interpretações*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002 p. 136), talvez cumprindo as suas funções enquanto representante dos interesses deste monarca e da Infanta D. Teresa no tratado luso-leonês de 1194, que regularizava a situação das suas arras depois do seu divórcio de Afonso IX.

<sup>87</sup> Senhor de bens nos actuais concelhos de Ponte de Lima e Viana do Castelo (*Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones* [Inquirições de 1258], p. 339; *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, Nova Série, Vol. IV/1: *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288 e Sentenças de 1290 e Execuções de 1291*, p. 168-170).

<sup>88</sup> Detentor de propriedades em Portuzelo e Areosa, perto de Viana do Castelo (MATTOSO, *Identificação de um País*, Vol. I, p. 141).

<sup>89</sup> LL42A6.

<sup>90</sup> LL58E3. Para mais detalhes sobre o desdobramento genealógico dos Velhos veja-se SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogias da série 4.5.3. – Velhos.

<sup>91</sup> Os principais dados sobre a carreira transfronteiriça de João Nunes encontram-se resumidos em CALDERÓN MEDINA; FERREIRA, “Beyond the Border”, p. 37-38.

e Dulce, filhas de Afonso IX e da infanta portuguesa D. Teresa Sanches. Do seu casamento com Sancha Anes de Moeiro, filha de João Soares da Nóvoa e neta de Soeiro Anes da Nóvoa (irmão de Pero Anes da Nóvoa I, principal valido e mordomo de Afonso II)<sup>92</sup>, nasceram Pero Anes de Cerveira I, Gonçalo Anes de Cerveira I, Lourenço Anes de Cerveira, Soeiro Anes de Cerveira e Sancha Anes de Cerveira<sup>93</sup>. Descendência que, partindo das terras de Cerveira, Caminha e Pena da Rainha, estenderia rapidamente a sua influência aos territórios galegos de Toronho e Limia<sup>94</sup>, voltando assim à Galiza dos seus antepassados condais.

### 3.2. Os Celanova

Tal como os Baião, os Celanova procedem de uma aliança matrimonial entre a casa de Ero Fernandes e de Hermenegildo Guterres, presor de Coimbra, através de Ildoara Eriz (916-958) e do conde Guterre Mendes (910- † a. 934), pais de Monio Guterres (911-959), S. Rosendo (916- † 977), Froila Guterres (933-943), Adosinda Guterres (934-964) e Ermesenda Guterres (929-934)<sup>95</sup>.

Graças ao envolvimento de S. Rosendo na fundação do mosteiro de Celanova, o património deste grupo familiar encontra-se abundantemente documentado no espólio deste cenóbio, que, partindo de Búval, participou na senhorialização de grande parte do sul Galiza. Congregando bens dos condes de Lugo e de Coimbra, a herança de Ildoara Eriz e Guterre Mendes estendia-se de Bergantiños ao vale do Mondego, passando pelos territórios de Búval, Toronho, Limia, Valadares ou Portucale, por exemplo<sup>96</sup>. Na verdade, as aparições pontuais destas figuras em Lervão exprimem mal a importância social e gigantesca riqueza fundiária deste casal, que também se poderá dever em grande medida ao facto de Guterre Mendes ter governado seis *conmissa* galegas, que partilhou com o conde Aires Mendes, seu irmão e esposo da sua sobrinha Ermesenda Gondendes<sup>97</sup>.

Na verdade, a autoridade condal coimbrã terá passado de Aires Mendes para o seu sobrinho Monio Guterres (911-959), através do seu casamento com a sua prima Elvira Aires (962)<sup>98</sup>. Magnate bem documentado<sup>99</sup> e de avultado património (disperso pelo espaço galego-português<sup>100</sup>), Monio Guterres chegou a partilhar o governo de Ambas Mahias (Portugal) com Lucídio Vimaraz e apoiou Afonso IV nas suas disputas com Ramiro II, facto que terá acarretado um paulatino apagamento da sua figura até 960, altura em que terá morrido<sup>101</sup>. Em certa medida, o trabalho de Monio Guterres parece ter sido complementar ao de S. Rosendo (916- † 977), famoso bispo de Mondonhedo, fundador de Celanova, gestor da diocese de Iria-Santiago, impulsor do

<sup>92</sup> LD19V6-7.

<sup>93</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.5.3.7. – Cerveira.

<sup>94</sup> Vejam-se os casos de Pero Anes de Cerveira I e Gonçalo Anes de Cerveira I, que surgem na corte leonesa em 1229 (CALDERÓN MEDINA; FERREIRA, “Beyond the Border”, p. 38), ou Lourenço Anes de Cerveira, referido num documento do mosteiro de Oia (1265) relativo a uma permuta patrimonial de Rui Lourenço de Cerveira (Clero Secular-Regular: Oia, Carp. 1802, doc. 20).

<sup>95</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-90; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 284, 306 e 309-311.

<sup>96</sup> Espólio familiar exposto em ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 1, 2, 4, 7, 75, 172, 179, 213, 218, 229, 256, 348, 357, 419, 453, 478, 493, 500, 505, 508, 509, 510, 518, 568, 570 e 578.

<sup>97</sup> TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 306.

<sup>98</sup> Esta nossa suposição contraria ligeiramente aquilo que Mattoso pressupõe, já que este defende uma transição directa para Gonçalo Moniz (928-981), seu filho (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 22).

<sup>99</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 90; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 306 e 309.

<sup>100</sup> Usando apenas a herança paterna que recebeu em 934 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), podemos verificar que deteve bens em lugares de Portucale (Portugal), Sandiás, Castro Caldelas, Portomarín, Sarria, Vilalba, Bergantiños, Ortigueira, Trasmiras, Tomiño, Punxín, Guntín, Ordes, Rubiá, Búval (na Galiza), Zamora (Leão), Astúrias e no termo de Coimbra (junto à Anadia, Montemor e Figueira da Foz).

<sup>101</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 90; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 309.

monaquismo galego e reorganizador do espaço galego, que defendeu das surtidas normandas e muçulmanas<sup>102</sup>.

Quanto às suas irmãs, Ermesenda Guterres (929-934) e Adosinda Guterres (934-964)<sup>103</sup>, sabemos que a primeira se casou com o conde Paio Gonçalves de Deza (936-959), filho de Gonçalo Betotes e de Teresa Eriz, sua tia, e que a segunda se casou, em primeiras núpcias, com o conde Ximeno Dias (923-961), filho de Diogo Fernandes e figura cimeira da revolta de 955 contra Ordonho III, e, em segundas núpcias, com Ramiro Mendes, filho de Hermenegildo Gonçalves e de Mumadona Dias<sup>104</sup>. Ambas tiveram vasta e proeminente descendência.

Quanto a Froila Guterres (933-943), somos da opinião que, apesar de se encontrar bastante documentado em Portugal e de ter recebido vários territórios do seu pai e tio, este foi capaz de centrar os seus interesses no sul da Galiza, já que recebeu de Ildoara Eriz, sua mãe, a terra de Caldelas. Esta orientação exógena plasmar-se-ia no seu apoio a Ramiro II e consequente atribuição da dignidade condal sobre Astorga, em 941, e na sua omnipresença na documentação de Celanova<sup>105</sup>. Tal como temos vindo a afirmar, do seu casamento com D. Sarracina (936-942) terão nascido: a condessa Mumadona/Tutadona Froilaz (981), esposa do conde coimbrão Gonçalo Moniz (928-981), filho do seu tio paterno Monio Guterres; e um varão de nome desconhecido<sup>106</sup>, que terá tomado conta dos bens nortenhos da família e que será o ponto de origem dos Celanova-Barbosa.

A sua ausência da documentação leva-nos a supor também que terá vivido numa zona especialmente devastada pelas incursões normandas e muçulmanas, sendo que os territórios do Alto Minho e de Toronho e Limia, ambos na tutela da diocese de Tui, apresentam sinais claros de um apagamento da sua memória neste período.

Por outro lado, a própria incapacidade demonstrada pelos livros de linhagens, no estabelecimento incorrecto da relação entre o conde Nuno de Celanova e a família de S. Rosendo, também aponta claramente para uma escassez de fontes nas gerações de charneira que ligavam esta aristocracia do século X aos seus parentes de finais da centúria seguinte. A simplicidade com que estes

<sup>102</sup> Interessa enaltecer que, ao contrário dos seus irmãos, S. Rosendo orientou os seus interesses principalmente para a Galiza (MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 22). Segundo documentação de Celanova, datada de 916, 932, 934, 935, 942, 943, 944, 949, 955, 957 e 1007 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 2, 3, 54, 62, 71, 116, 172, 357, 478, 501 e 514), teve bens em vários lugares de Búval, Lourenzá, Ortigueira, Ourense, Ambía, Castrelo, Barrantes, Castro Caldelas, Monterroso, Lugo, Toroño, Saliense, As Neves, Carnota, Viveiro, O Parámo, Cartelle, Xinzo de Limia, Taboada, Malpica de Bergantiños, Muxía, Lobios, Sallaren, Trasmiras, Punxín, Navia, Portomarín, Guntín, Rubiá (na Galiza), nas terras de Valadares, Berredo, Coimbra, Figueira da Foz, Montemor, Anadia, Bragança, Matosinhos, Leça, Melgaço, Viana do Castelo (em Portugal), Zamora (Leão) e Astúrias.

<sup>103</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 89-90; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 310-311. Segundo documentação de Celanova, datada de 934 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 478), teve bens em vários lugares de Portugal e em Faramontaos (A Merca), que partilhou com Adosinda, que teve bens em vários lugares de Portugal (Portucal), Lavra (Matosinhos), Bouro, Búval (Galiza), Caldelas (Galiza), Ferreira, Riba-Ul (Galiza), Bergantiños (Galiza), Céltigos (Galiza), Saliense (Galiza), Trasmiras (Galiza), Faramontaos (A Merca), Limia (Galiza), Ançã (termo de Coimbra), no vale do Mondego, nos arredores de Coimbra (Quiaios, Pereira, Avelãs de Caminho e noutros lugares), Vilela (Galiza), Goián (Tomiño, Galiza), Lampazas (Galiza), Barancelle (Galiza), Lemos (Galiza), Portomarín e Guntín (Galiza), no Bierzo (Leão), em Zamora (Leão), nas Astúrias, em Trives (Galiza), na terra de Faro (Galiza), em Vila Seca (Bierzo, Leão), Quiaios (Figueira da Foz), Abzequines (termo de Coimbra), Santa Cruz de Castrelo (Cambados, Galiza), Salienes (Vila de Rei, Galiza), Trives (Galiza), Castrelo (Castro Caldelas, Galiza), Parada (terra de Búval), Vilar e Codesseta (Baixo Lima galego), Anegia, Vilaplana (talvez Vilarchão, já perto do Douro), Velaria, Pereira, Sabucedo (Porqueira, Galiza), S. Mamede de Sorga (A Bola) e o padroado de S. Pedro de Sorga (A Bola) (ibidem, docs. 7, 247, 419, 423 e 478).

<sup>104</sup> TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 310-311; MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 89. Também Almeida FERNANDES dedicaria algumas palavras a Adosinda Guterres e Ximeno Dias (*Adosinda e Ximeno*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1982).

<sup>105</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-89; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 310. Segundo documentação de Celanova, datada de 934, 935, 936, 942, 996 e 1007 (ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 3, 256, 266, 478, 499 e 505), foi detentor de bens em Búval, Barrantes, Portucal, Bouro, Caldelas, Trives, Lugo, Vilalba, Bergantiños, Céltigos, Carnota, Coimbra (Figueira da Foz, Montemor, Anadia e termo de Coimbra), Vilela, Tomiño, Portomarín, Guntín, Bierzo, Ordes, Rubiá, Zamora, Astúrias, Queiroga, Sorga, Leça, Celanova e foi senhor do mosteiro de S. Pedro de Rocas e da *conmissa* de Caldelas.

<sup>106</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 88-89; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 310.

irmanam S. Rosendo a um Afonso de Celanova e ao conde Nuno<sup>107</sup> esconde um espaço inter-generacional de cerca de um século, apenas comparável aos silêncios que envolveram a diocese de Tui até à sua restauração definitiva em 1071.

Assim sendo, pensamos que os Celanova apenas podem advir de uma linha desconhecida nascida de Froila Guterres, irmão de S. Rosendo, que, atendendo à mentalidade linhagística dos nobiliários, apenas poderia ser varonil, dada a sua utilização do apelido alusivo ao seu cenóbio familiar. Portanto, o ponto de ligação mais provável estará no irmão desconhecido de D. Mumadona/Tutadona Froilaz, pai da condessa Tutadona, esposa do conde Mendo Gonçalves. Por sua vez, esta figura anónima terá sido pai de um outro varão, que, atendendo à onomástica dos Celanova, poderá ser o conde Afonso enunciado pelos livros de linhagens, já que o nome de Afonso Nunes de Celanova, filho de Nuno Vasques de Celanova e neto de Vasco de Celanova, poderá corresponder a uma homenagem ao avô paterno do seu pai<sup>108</sup>.

Se a nossa teoria estiver correcta, a ligação dos Celanova (de finais do século XI-século XII) à família de S. Rosendo terá ocorrido da seguinte forma: de Froila Guterres, irmão de S. Rosendo, terá nascido um varão anónimo, irmão de Mumadona Froilaz e detentor de vastos territórios no sul da Galiza; deste varão terão nascido a condessa Tutadona, esposa do conde portugalense Mendo Gonçalves, e um outro varão anónimo; na nossa opinião, este poderá ser o conde Afonso de Celanova aludido pelos livros de linhagens, que, por sua vez, terá sido pai (ou avô) do conde Vasco de Celanova, esposo de Gontrode Nunes (filha de Nuno Alvites e de Ildoara Mendes e, por isso, neta dos condes Mendo Gonçalves e Tutadona e irmã do conde Mendo Nunes, pai do malogrado Nuno Mendes); do casamento entre o conde Vasco e Gontrode Nunes nasceu Nuno Vasques de Celanova, marido de Sancha Gomes de Sousa e patriarca dos Celanova que frequentaram a corte portuguesa dos inícios da nacionalidade.

Independentemente da real dimensão do património social e fundiário de D. Vasco, Gontrode Nunes (1028-1088) cedo se afirmou como uma das grandes herdeiras da linhagem condal portugalense, já que, tal como enfatiza Mattoso<sup>109</sup>, a dispersão e vastidão dos seus bens superava em grande medida a dos últimos membros da sua família. Tudo indica que boa parte deles estariam localizados junto a Braga, Vila Real e ao longo do vale do Vouga, e que terão sido alienados a mosteiros (como Barbudo), à sé de Braga e a infanções locais (como Froila Cresconhes ou Egas Gondesendes de Baião)<sup>110</sup>. Graças a documentação galega alusiva aos seus descendentes<sup>111</sup>, ficamos com a ideia de que Gontrode terá abdicado destes bens com o propósito de reforçar a sua posição junto aos territórios galegos do seu marido, já que o seu património fronteiriço se localizava entre as margens do Minho e a costa (Alto Minho) e perto do castelo de Sande (Cartelle, Galiza). Assim sendo, podemos interpretar este afastamento do cenário portugalense como uma prova inequívoca dos problemas sistémicos vividos pela casa condal portugalense até 1071, ou seja, como um novo sinal de afastamento geográfico de mais um membro da velha aristocracia condal para as periferias dos seus domínios, como forma de fuga a um novo cenário de implosão total da sua casta.

Deste casal nasceriam Elvira Vasques<sup>112</sup> e o já mencionado Nuno Vasques de Celanova, patrono dos mosteiros de Celanova e Calvelo<sup>113</sup>. Segundo um documento de 1108, herdou bens

<sup>107</sup> LL37A1.

<sup>108</sup> A posição dos condes Vasco e Nuno na sua linhagem encontram-se ilustradas em SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

<sup>109</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 31.

<sup>110</sup> Ídem, *ibidem*, p. 31 e 61; MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 85. Importa lembrar que, devido à sua origem comum em Ero Fernandes, Gontrode e D. Vasco seriam parentes afastados dos Baião e que, tendo em conta a conjuntura da sua doação (em torno a 1072), esta poderia estar relacionada com os acontecimentos que levaram a Pedroso.

<sup>111</sup> ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, docs. 291 e 543.

<sup>112</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 152.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

da sua mãe no Alto Minho e deteve património em Limia, junto aos montes Calvo e Larouco<sup>114</sup>. Em Portugal, terá sido detentor de bens em Marco de Canaveses, Palmeira (junto a Braga) e em Albergaria-a-Velha<sup>115</sup>, que lhe poderão ter chegado através da sua herança materna ou do seu casamento com Sancha Gomes de Sousa, de quem teve Afonso Nunes de Celanova, Sancho Nunes de Celanova, Gomes Nunes de Pombeiro, Elvira Nunes de Celanova, Paio Nunes de Celanova e Dórdia Nunes de Celanova<sup>116</sup>.

Independentemente do prestígio sócio-familiar de Elvira Nunes, esposa de Pero Pais Escacha<sup>117</sup>, e das suas irmãs, o destino dos Celanova ao longo do século XII foi determinado por três varões: Afonso Nunes, figura destacada da aristocracia portuguesa desde 1106, que, apesar de se ter situado ao lado de D. Afonso Henriques, acompanhou Fernão Peres de Trava no seu retorno a Portugal em 1131, e que, tal como os seus irmãos, terá ostentado os padroados de Calvelo (Ponte de Lima) e de Pombeiro (Felgueiras), até à sua morte (por volta de 1135)<sup>118</sup>; Sancho Nunes de Celanova, magnate documentado em Portugal desde 1109 (com maior proeminência entre 1127 e 1130), que governou Ponte de Lima (1114-1118), e que, talvez fruto da sua participação no partido de D. Afonso Henriques, conseguiu a mão da Infanta Sancha Henriques, de quem teve o conde Vasco Sanches de Celanova, Urraca Sanches de Celanova, Fruilhe Sanches de Celanova e Nuno Sanches de Celanova, ascendente de Sancho Nunes (1151-1169), patriarca dos Barbosa<sup>119</sup>; e o poderoso Gomes Nunes de Pombeiro.

Tudo indica que Gomes Nunes de Pombeiro, tenente de Toronho, e Rodrigo Peres Veloso (Trava)<sup>120</sup>, tenente de Limia, contribuíram directamente para o sucesso das iniciativas portuguesas de ocupação do sul da Galiza, até 1141 (data do célebre Bafordo de Valdevez), traíndo assim a confiança de Afonso VII, que deserdou o primeiro. Tendo marcado presença em Portugal desde 1104, Gomes Nunes foi capaz de se afincar na cúria condal (a partir de 1110), onde conseguiu a tenência do castelo de S. Cristóvão (1110-1111) e a mordomia de D. Henrique (1112). A partir de 1115, voltou à Galiza, onde passou a governar Toronho e a participar na sua vida política dentro do partido do seu sogro, Pedro Froilaz de Trava. Em 1118 era já um fervoroso apoiante de Afonso VII, sendo que o acompanharia na sua viagem a Toledo e na sua aclamação. Segundo um documento (perdido) de Pombeiro, terá recebido de Afonso VII uma vasta doação, que incluía os bens da sua avó Gontrode (ou, erroneamente, Gontinha) em Toronho. Sabemos que esteve em Portugal entre 1120 e 1127, acompanhando a presença de Fernão Peres de Trava, seu cunhado, junto a D. Teresa. Todavia, terá integrado o partido de D. Afonso Henriques ainda antes de S. Mamede, colaborando depois, como tenente de Toronho, com as investidas portuguesas na Galiza (até 1141)<sup>121</sup>.

Ao contrário de Rodrigo Peres Veloso, Gomes Nunes não seria perdoado pelo Imperador, acabando por ser deserddado. Atendendo a um documento de 1148, onde a sua esposa dispõe de bens do seu marido que tinham sido comprados aos seus filhos, podemos presumir que terá morrido pouco tempo depois do recontro de Valdevez, tendo sido sepultado em Pombeiro<sup>122</sup>.

<sup>114</sup> ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 291.

<sup>115</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 154.

<sup>116</sup> SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

<sup>117</sup> Seguindo a tradição de seu pai (D. Paio Guterres da Silva), antigo vicário régio de Afonso VI em Portugal, Pero Pais Escacha chegou à mordomia da cúria portuguesa em 1105 (MATTOSO, José. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 117-118), tendo passado também pela corte leonesa, onde surge em 1116 como Pero Pais de Portugal (FERNÁNDEZ FLÓREZ, José A. (ed.). *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún*, vol. IV (1110-1199). Leão: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 1991, doc. 1195).

<sup>118</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 152; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p. 529.

<sup>119</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 152 e 155; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. I, p. 529-530, e vol. III, Genealogia 4.7. – Barbosa.

<sup>120</sup> Sobre esta figura veja-se BARTON, Simon. “Sobre el Conde Rodrigo Pérez ‘el Velloso’”. *Estudios Mindonienses. Anuario de Estudios Histórico-Teológicos de la Diócesis de Mondoñedo-Ferrol*, 1989, 5, p. 653-661.

<sup>121</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 153-154; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 78-90.

<sup>122</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 154.

Para além dos seus bens portugueses (na terra de Santa Maria, Marco de Canaveses, Braga e Albergaria-a-Velha), herdou da sua avó, Gontróde Nunes, bens junto ao castelo galego de Sande, que doaria em 1138 a Celanova. Sabemos também que, em 1126, doou a Cluny o mosteiro de Budiño, onde terá sido sepultado seu pai<sup>123</sup>. Por fim, importa assinalar que a sua conduta errática<sup>124</sup> terá tido um peso enorme no património da sua casa, já que, em 1140, viu-lhe serem imputadas acusações de abusos cometidos contra a igreja de Tui<sup>125</sup>.

Do seu casamento com Elvira Peres de Trava, filha de Pedro Froilaz e irmã de Bermudo, Fernão e Rodrigo Peres (Velo), nasceram Fernão Gomes, Pero Gomes, Maria Gomes, Urraca Gomes, Loba Gomes e Châmoa Gomes<sup>126</sup>. Mas tudo indica que o seu património sócio-político transitaria para os filhos de Sancho Nunes, principalmente na figura do conde Vasco Sanches, sobrinho de Afonso Henriques e motor das incursões portuguesas em Toronho e Limia durante a década de 1160<sup>127</sup>, e de Nuno Sanches, patriarca dos Barbosa, ramo que cortaria todos os seus laços com a Galiza dos seus antepassados.

### 3.3. Os Trava-Trastâmara

De forma a não nos repetirmos, começaremos apenas por visitar o percurso da aristocracia condal coimbrã a partir de Monio Guterres, filho de Guterre Mendes e de Ildoara Eriz que, através do seu casamento com a sua prima Elvira Aires (filha do conde Aires Mendes), terá herdado a sua autoridade sobre Coimbra. Com efeito, deste casal nasceram: Guterre Moniz (931-999), figura cimeira das cortes de Ramiro II, Ordonho III e Ramiro III, que, para além de ter surgido em vários diplomas portugueses entre 974 e 999, cedo se afirmou como conde de Burgos (pela mão de Afonso IV, em 931); Aires Moniz (948-973), bispo de Dume; Goto Moniz (927-964), esposa do monarca galego Sancho Ordonhes; Ermesenda Moniz (962); Elvira Moniz (978-986); Egas Moniz, possível pai de Monio Viegas “Gasco” (Ribadouro)<sup>128</sup>; e o conde coimbrão Gonçalo Moniz (928-981)<sup>129</sup>.

Independentemente das muitas dúvidas existentes sobre a sua intervenção no assassinato de Sancho I em Viseu (965), estamos certos de que Gonçalo Moniz terá sido uma das peças chave nos conflitos políticos que levaram à ascensão de Bermudo II e que, até às sublevações de 982, terá encetado uma feroz rivalidade com o conde Gonçalo Mendes<sup>130</sup>. Do seu casamento com a sua prima paterna, Mumadona/Tutadona Froilaz (filha de Froila Guterres), nasceram: Monio Gonçalves (985-988); Godinha Gonçalves († a. 985), esposa de Oveco Garcia; Ero Gonçalves (1016); Vela Gonçalves (997), magnate coimbrão que tentou extorquir a Mendo Gonçalves o controlo

<sup>123</sup> *Ibidem*; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 82; ANDRADE (ed.), *O Tombo de Celanova*, doc. 543.

<sup>124</sup> Relatada a espaços na *História Compostelana* (FALQUE REY, Emma (ed.). *Historia Compostelana*. Madrid: Akal, 1994, p. 261, 286, 289 e 519).

<sup>125</sup> FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 90.

<sup>126</sup> Apesar de ter entrado na vida monástica relativamente jovem, Châmoa Gomes acabou por ter vasta descendência, que se caracterizou pelas suas vivências transfronteiriças. Com efeito, do seu casamento com Paio Soares da Maia nasceu Pero Pais da Maia, célebre alferes de D. Afonso Henriques que, depois da derrota de Badajoz (1169), se exilou em Leão (CALDERÓN MEDINA; FERREIRA, “Beyond the Border”, p. 11-12). Da sua relação (ou casamento) com Mem Rodrigues de Tougues (Trava) nasceu Soeiro Mendes *Facha*, magnate que surge pontualmente na corte de Leão durante as décadas de 1160 e 70 (*idem*, *ibidem*, p. 10-11). E, por fim, do seu concubinato com D. Afonso Henriques nasceu Fernando Afonso, Grão-Mestre hospitalário que marcou presença na Terra Santa (*idem*, *ibidem*, p. 13-14).

<sup>127</sup> FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, *op. cit.*, p. 108. Sobre a sua carreira transfronteiriça veja-se CALDERÓN MEDINA; FERREIRA, “Beyond the Border”, p. 10.

<sup>128</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 91; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 309. Sobre uma possível relação entre os condes de Coimbra e os Baião (e os Ribadouro) veja-se o que dizemos na nota 47.

<sup>129</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 91-92; *Ídem.*, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 22-23; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311.

<sup>130</sup> A luta fratricida encetada entre Gonçalo Mendes e Rodrigo Vasques constitui um bom exemplo destas rivalidades internas dentro da aristocracia condal (*vide* GARCÍA ÁLVAREZ, Manuel Rubén. “La Batalla de Aguióncha: Una Guerra Civil Galaico-Portuguesa del siglo X”. *Bracara Augusta*, 1966, 20, p. 307-342).

do castelo e da terra da Maia durante o pico das surtidas de Almançor e que deverá ter sido pai de Toda Vela, esposa do conde portugalense Ramiro Mendes, alferes real em 1005<sup>131</sup>; e o belicoso Froila Gonçalves (994-1017)<sup>132</sup>.

Alimentado pelas suas rivalidades com a família condal portugalense, que, por aquela altura, gozava de enorme prestígio junto à coroa<sup>133</sup>, e com os patronos de Sever do Vouga, seus parentes, Froila Gonçalves pactuou com a ofensiva muçulmana contra Compostela (997) e tomou-lhes bens e territórios, que incluíam o próprio cenóbio vouguense, tendo sido expulso do seu castelo de Montemor (e do espaço cristão), por ordem régia de 1017<sup>134</sup>. Tal como já referimos, a conciliação entre os dois ramos desavindos terá vindo através do casamento de Gonçalo Froilaz (1037) com Ermesenda Fernandes (1037-1048), uma das últimas representantes dos senhores de Sever<sup>135</sup>.

Tal como as restantes famílias que temos vindo a analisar, Rodrigo Froilaz, provável filho de Froila Gonçalves, terá optado por se afastar do convulso cenário coimbrão, resguardando-se na Galiza dos seus antepassados, onde foi capaz de dar origem à poderosa linhagem dos Trava-Trastâmara, patronos do mosteiro de Sobrado<sup>136</sup>.

Segundo documentação deste cenóbio, Rodrigo Froilaz foi pai de Froila Rodrigues, Gonçalo Rodrigues e Mendo Rodrigues. Enquanto Gonçalo foi pai de Fernando Gonçalves, Elvira Gonçalves e Gonçalo Gonçalves, Mendo deu origem a Soeiro Mendes Zapata. Quanto a Froila Rodrigues, sabemos que foi pai de Bermudo Froilaz, pai de Froila Bermudes e de Maior Bermudes<sup>137</sup>.

A nosso ver, o conde Froila Bermudes cedo se afirmou como a primeira grande figura da casa de Trava<sup>138</sup>, já que conseguiu navegar habilmente no conturbado cenário social entre a morte de Fernando Magno e o período de Afonso VI, tendo falecido por volta de 1091. Por outro lado, a sua dedicação extrema aos projectos políticos da coroa, e, posteriormente, de D. Raimundo, encontra-se perfeitamente plasmada no assassinato do seu próprio sobrinho D. Godesteu, bispo de Iria-Santiago, em 1069<sup>139</sup>. Do seu casamento com D. Elvira nasceram Ermesenda Froilaz, Monia Froilaz, esposa de João Peres de Sás, Rodrigo Froilaz de Trastâmara, esposo de Gontinha Gonçalves da Maia e patriarca dos Pereira, Palmeira e Tougues, e o poderoso Pedro Froilaz de Trava, famoso conde de Trava e tutor de Afonso VII, pai de Rodrigo Peres Veloso, Fernão Peres e Bermudo Peres de Trava, entre outros<sup>140</sup>.

Na verdade, o prestígio “transfronteiriço” dos Trava terá advindo, acima de tudo, da conjugação da sua ascendência na velha aristocracia condal de Coimbra com a sua forte implantação num território profundamente simbólico, ou seja, a vasta terra de Santiago. Por outro lado, a sua carreira também beneficiou de uma conjugação inesperada de acontecimentos: a morte de Afonso VI sem herdeiros masculinos e sua posição enquanto tutor de Afonso Raimundes envolveram-no

<sup>131</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 94; Ídem. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 23 e 33; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 297.

<sup>132</sup> Esta descendência de Gonçalo Moniz encontra-se enunciada em MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 93-94; e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311.

<sup>133</sup> Basta recordar que Mendo Gonçalves foi aio de Afonso V e, mais tarde, sogro do soberano, através do seu casamento com Elvira Mendes (para mais detalhes sobre a biografia deste soberano veja-se FERNÁNDEZ DEL POZO, José María. *Afonso V (999-1028) y Vermudo III (1028-1037)*. Burgos: La Olmeda, 1999).

<sup>134</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 94; Ídem. *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 22-23 e 32-33; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311-312.

<sup>135</sup> MATTOSO, *A Nobreza Medieval Portuguesa*, p. 94; TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 311-312.

<sup>136</sup> TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 312 e 319-320. Segundo uma breve memória genealógica dos patronos do mosteiro de Sobrado (LOSCERTALES DE VALDEAVELLANO (ed.), *Tumbos del Monasterio de Sobrado*, doc. 212), Rodrigo Froilaz encabeça esta família, sendo que este poderá ser o mesmo Rodrigo Froilaz que surge a litigar por uma propriedade em Guilhabreu, que pertencera aos patronos de Sever do Vouga (*Portugaliae Monumenta Historica: Diplomata et Chartae*, doc. 216).

<sup>137</sup> TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 319-320 e 329.

<sup>138</sup> Casa que foi extensamente estudada através de diversos trabalhos (veja-se, por exemplo, LÓPEZ SANGIL, *La Nobleza Altomedieval Gallega*, *op. cit.*; ou PORTELA SILVA, Ermelindo; PALLARES MÉNDEZ, María del Cármen. “Aristocracia y Sistema de Parentesco en los Siglos Centrales de la Edad Media. El Grupo de los Traba”. In *De Galicia en la Edad Media. Sociedad, Espacio y Poder*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993, p. 277-294).

<sup>139</sup> FALQUE REY (ed.), *Historia Compostelana*, p. 76.

<sup>140</sup> TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 319-320 e 329.

na luta pela coroa do império. Tendo falecido apenas em 1128, Pedro Froilaz passou por ciclos de hostilidade e aproximação a D. Urraca, acercou-se e afastou-se de Gelmires, seu principal rival, pavimentou a ascensão de Afonso VII, sendo que, no fim de vida, se acercou a D. Teresa, talvez enfrentado com a não consumação de um projecto soberanista galego ou com uma certa de carência de centralidade da Galiza no ideário político do seu pupilo.

Independentemente do fracasso dos planos de D. Teresa, os Trava souberam manter-se na cúpula da aristocracia leonesa e portuguesa, sendo que, no segundo caso, a sua presença se acentuou com a segmentação da descendência de Rodrigo Froilaz<sup>141</sup>.

Tudo indica que, devido ao seu casamento com Gontinha Gonçalves da Maia, Rodrigo Froilaz foi capaz de agremiar ao seu património galego um conjunto de bens localizados no vale do Ave. Sabemos também que foi pai de Elvira Rodrigues de Trastâmara, de Velasquita Rodrigues de Trastâmara, esposa de Pero Mendes de Azevedo, e dos varões Gonçalo Rodrigues da Palmeira (patriarca dos Palmeira e Pereira) e Mem Rodrigues de Tougues<sup>142</sup>.

Gonçalo Rodrigues encontra-se documentado entre 1110 e 1154, tendo sido mordomo-mor em 1114, tenente de Vermuim (1112-1146), de Penafiel de Bastuço e de Refóios de Riba d'Ave (1146). Presumimos que terá sido responsável pela formação do couto de Palmeira, bem perto do Ave e do mosteiro de Landim. Do seu primeiro casamento com Fruilhe Afonso de Celanova nasceram Rui Gonçalves de Pereira, patriarca desta linhagem, e Elvira Gonçalves da Palmeira. Do seu segundo casamento com Urraca Viegas de Ribadouro nasceram Gonçalo e Fernão Gonçalves da Palmeira<sup>143</sup>.

Por seu lado, Mem Rodrigues de Tougues, magnate documentado na corte portuguesa entre 1130 e 1133, foi autor de uma avultada doação da vila de Refóios de Riba d'Ave à sé de Coimbra, em 1103. Inspirado por uma tradição infamante, visando os Barbosa e Trava, o *Livro Velho de Linhagens* aponta-lhe uma relação ilegítima com Châmoa Gomes de Pombeiro, enquanto esta esteve em Vairão<sup>144</sup>. Contudo, somos da opinião que este casal terá sido realmente casado e que seu filho, Soeiro Mendes Facha, *Mãos de Águia*, terá sido o seu único filho legítimo.

<sup>141</sup> Dada a sua vinculação directa aos capítulos (refundidos) sobre os Trava presentes nos nobiliários portugueses, apresentamos grandes divergências em relação à reconstituição proposta por Sottomayor-Pizarro na sua genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira (SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira), sendo que, contudo, não temos grandes reticências em entroncar Rodrigo Froilaz de Trastâmara I e Moninha (ou Gontinha) Gonçalves da Maia na descendência que este autor atribui a Rodrigo Froilaz de Trastâmara II (Gonçalo Rodrigues da Palmeira, Mem Rodrigues de Tougues, Elvira Rodrigues e Velasquita Rodrigues). Tal como Mattoso sugere (MATTOSO, *Identificação de um País*, Vol. I, p. 160), este Rodrigo Froilaz seria irmão de Pedro Froilaz de Trava; pelo que esta permuta de dados genealógicos com Rodrigo Froilaz de Trastâmara II poderá ter surgido de uma confusão entre esta última figura e Rodrigo Gomes de Trastâmara, perceptível no casamento que lhe é atribuído pelos nobiliários com Urraca Rodrigues de Castro. Assim sendo, seguiremos a genealogia proposta neste trabalho para a descendência de Rodrigo Froilaz, com todas as ressalvas que aqui apresentamos. Para além de Fernão Bermudes (*vide* nota 52), filho de Bermudo Peres de Trava, todos os ramos saídos de Rodrigo Froilaz (Tougues, Palmeira e Pereira) permaneceram em Portugal após S. Mamede. Quanto a Rodrigo Peres Veloso, filho de Pedro Froilaz e irmão de Fernão e Bermudo Peres de Trava, sabemos que colaborou activamente nas investidas portuguesas em Toronho e Limia até 1141 (data do célebre Bafordo de Valdevez), tendo sido perdoado posteriormente por Afonso VII e reinvestido no governo de várias terras (Limia, Búval, Castela de Búval, Deza, Monterroso, Salamanca, S. Jorge, Trava e Ferraria) e, temporariamente, na alferesia do reino. Em Portugal, foi visita regular da corte, tendo chegado ao cargo de *dapifer* (1140-1141) e recebido do rei a vila de Bural (1132) e o senhorio/tenência do Porto (1132-1135). Casou com Fronilde Fernandes, senhora ligada aos Celanova e detentora de vários bens na fronteira galego-portuguesa (FERRO COUSELO, Xesús (ed.). *Tumbo de Fiães*. Anexo 20 de *Boletín Auriense*, Ourense: Museo Arqueológico Provincial, 1995, doc. 33; A.H.N., Clero Secular-Regular: Armenteira, Carp. 1750, docs. 11 e 12; AHN, Clero Secular-Regular: Melón, Carp. 1437, docs. 10 e 17, e Carp. 1438, docs. 6 e 9; segundo BARTON (*The Aristocracy...*, p. 297), esta também favoreceu Meira, Ferreira de Pallares e S. Martín de Fora), de quem teve Guiomar Rodrigues Veloso e Álvaro Rodrigues Veloso. Para mais dados sobre Rodrigo Peres Veloso veja-se: BARTON, “Sobre el Conde Rodrigo Pérez ‘el Velloso’”, p. 653-661; Ídem, *The Aristocracy...*, p. 297-298; e TORRES SEVILLA, *op. cit.*, p. 339-341.

<sup>142</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 160; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. III, Genealogia 4.16.1. – Trava-Tougues-Palmeira.

<sup>143</sup> MATTOSO, *Identificação de um País*, vol. I, p. 177-178; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. II, p. 881.

<sup>144</sup> MATTOSO, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, p. 167; Ídem, *Identificação de um País*, vol. I, p. 160-161; SOTTOMAYOR-PIZARRO, *Linhagens Medievais Portuguesas*, Vol. II, p. 881.

Com efeito, Soeiro Mendes de Tougues<sup>145</sup> terá conseguido encerrar o círculo plurissecular de ligação da sua linhagem à Galiza, já que levou a cabo uma carreira transfronteiriça. Senhor da honra de Tougues e de vários bens no vale do Ave e na Galiza, Soeiro Mendes foi presença assídua na corte portuguesa entre 1156-57 e 1176, tendo assumido a tenência de Seia em 1169. A sua espantosa riqueza encontra-se atestada nos bens que ofertou em 1176 ao mosteiro de Santo Tirso, onde viria a ser sepultado. Na Galiza, ofereceu o pequeno mosteiro de Aranga a Sobrado, em 1159, e uma série de bens que advinham do seu avô paterno, em 1165. Devido ao seu casamento com Elvira Gonçalves de Sousa (Elvira Faia), também conseguiu granjear alguns bens no termo de Ferreira. As inquirições de 1258<sup>146</sup> deixam perceber que terá sido proprietário do paço de Darque (junto a Viana do Castelo), no julgado de Neiva. A sua presença na corte leonesa resume-se a um período entre 1165-66, em que foi alferes de Fernando II, e a uma aparição em 1175, pouco tempo antes de falecer. Do seu casamento com Elvira Gonçalves de Sousa nasceram Gomes Soares de Tougues, Pero Soares de Tougues, Gontinha Soares de Tougues, Maria Soares de Tougues e Nuno Soares de Tougues.

Na verdade, Soeiro Mendes foi a última figura da sua linhagem a encetar uma carreira bipartida, mimética dos comportamentos da velha aristocracia condal, que, alheia a quaisquer limites geográficos, espalharam a sua influência e descendência pela Galiza e por Portugal.

#### 4. CONCLUSÕES

No início do nosso artigo propusemo-nos a examinar a validade da clivagem sócio-familiar entre a aristocracia condal e a restante nobreza terra-tenente (infanções), a rever as perspectivas agnáticas que fomos formulando sobre a reprodução social da velha aristocracia condal e, por fim, a reavaliar a aceção da ascensão dos infanções e queda da aristocracia condal enquanto um fenómeno de conflito social entre duas classes distintas, findado em Pedroso.

E, em resumo, podemos responder a estas questões afirmando que os casos apresentados (Baião, Celanova e Trava) apontam para mecanismos de reprodução social da aristocracia condal muito diferentes daqueles que tradicionalmente lhe foram sendo apontados, já que a sua tendência para o agnatismo político parece contrapor-se a um desdobramento cognático na sua descendência colateral, gerador de claras clivagens sociais. Só assim se poderá compreender que o sangue condal tenha chegado tanto aos últimos condes de Portucale e Coimbra como a linhagens condaís secundárias (Trava e Celanova) ou a famílias fundacionais/infanciais como os Baião.

A nosso ver, esta realidade prova que parte substancial da aristocracia infancional não poderá ser tomada como uma casta exógena à velha aristocracia condal ou, sequer, como um grupo emergente de dependentes ou agentes secundários.

Com efeito, a chave das clivagens sociais dentro desta parentela alargada estaria na forma como cada família enfrentou os sucessivos momentos de crise da aristocracia condal (a perda de Coimbra, as surtidas muçulmanas e normandas, os seus ciclos de guerrilha interna, etc), sendo que o seu afastamento voluntário para franjas dos territórios condaís permitir-lhes-ia, ao mesmo tempo, a sobrevivência ao colapso colectivo consumado em Pedroso e a consolidação da sua posição enquanto líderes de uma nova nobreza regional.

Assim sendo, não é de todo improvável que, ao integrarem o partido de Garcia II, estes “infanções” se tenham tornado nos principais actores de um plano que visava apenas a substituição do ramo principal da velha aristocracia condal por uma miríade de parentes colaterais, que, décadas depois, usariam a força do seu sangue e a sua influência transfronteiriça no processo de legitimação e engrandecimento dos projectos soberanistas de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques, retornando periodicamente à Galiza, casa dos seus antepassados mais distantes.

<sup>145</sup> Sobre a carreira transfronteiriça de Soeiro Mendes Facha veja-se CALDERÓN MEDINA; FERREIRA, “Beyond the Border”, p. 10-11.

<sup>146</sup> *Portugaliae Monumenta Historica: Inquisitiones*, p. 315.